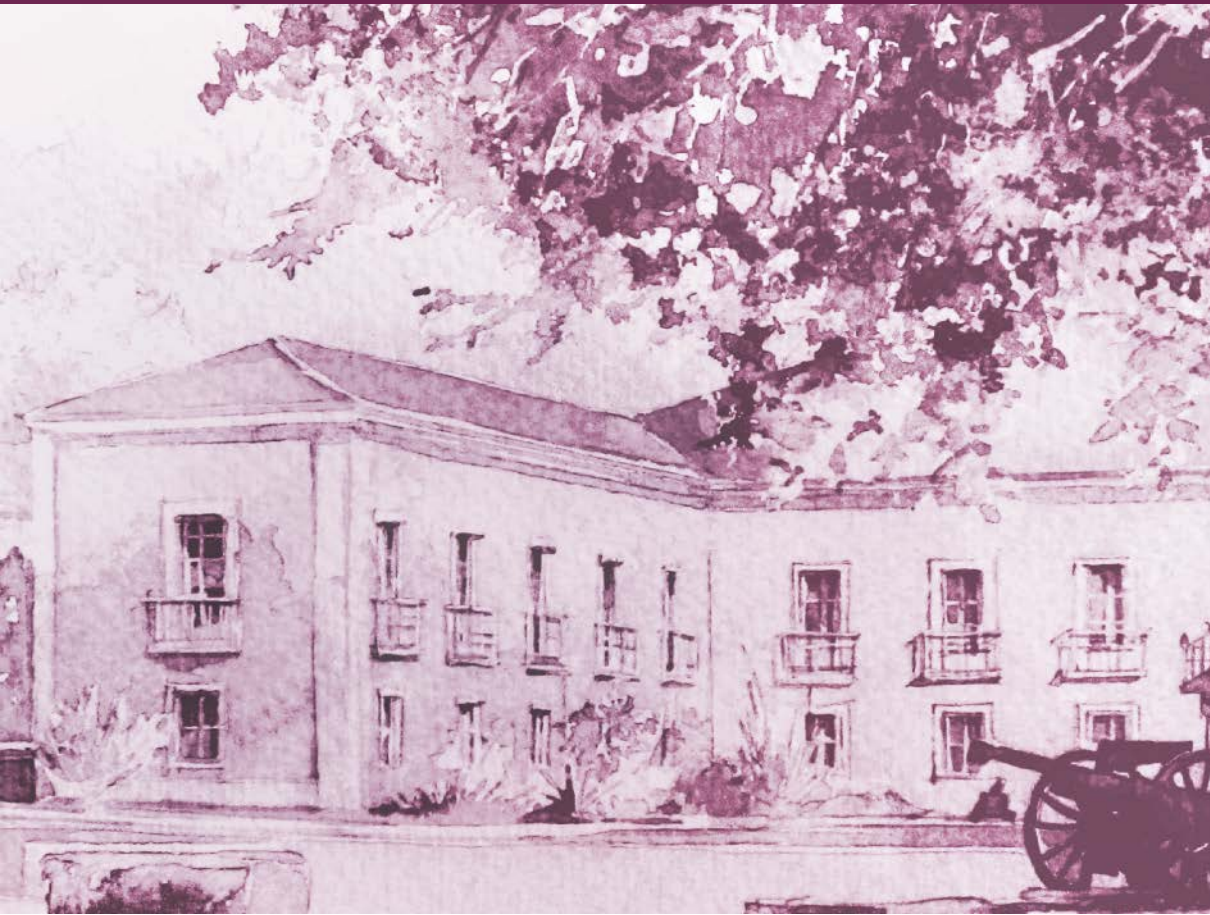




Cadernos do IUM



CONVULSÕES EURASIÁTICAS. IN ILLO TEMPORE E AGORA

Carlos Manuel Mendes Dias



Fevereiro 2022

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

CONVULSÕES EURASIÁTICAS.
IN ILLO TEMPORE E AGORA

Autor

Carlos Manuel Mendes Dias

IUM – Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)
Fevereiro de 2022

Os **Cadernos do IUM** têm como principal objetivo divulgar os resultados da investigação desenvolvida no/sob a égide IUM, autonomamente ou em parcerias, que não tenha dimensão para ser publicada em livro. A sua publicação não deverá ter uma periodicidade definida. Contudo, deverão ser publicados, pelo menos, seis números anualmente. Os temas devem estar em consonância com as linhas de investigação prioritárias do CIDIUM. Devem ser publicados em papel e eletronicamente no sítio do IUM. Consideram-se como objeto de publicação pelos Cadernos do IUM:

- Trabalhos de investigação dos investigadores do CIDIUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros;
- Trabalhos de investigação individual ou de grupo de reconhecida qualidade, efetuados pelos discentes, em particular pelos do CEMC e pelos auditores do CPOG que tenham sido indicados para publicação e que se enquadrem no âmbito das Ciências Militares, da Segurança e Defesa Nacional e Internacional;
- Papers, ensaios e artigos de reflexão produzidos pelos docentes;
- Comunicações de investigadores do IUM efetuadas em eventos científicos (e.g., seminários, conferências, workshops, painéis, mesas redondas), de âmbito nacional ou internacional, em Portugal ou no estrangeiro.

N.ºs Publicados:

1 – Comportamento Humano em Contexto Militar

Subsídio para um Referencial de Competências destinado ao Exercício da Liderança no Contexto das Forças Armadas Portuguesas: Utilização de um “Projeto STAfS” para a configuração do constructo

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

2 – Entre a República e a Grande Guerra: Breves abordagens às instituições militares portuguesas

Coordenador: Major de Infantaria Carlos Afonso

3 – A Abertura da Rota do Ártico (*Northern Passage*). Implicações políticas, diplomáticas comerciais

Coronel Tirocinado Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão

4 – O Conflito da Síria: as Dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança (Comunicações no Âmbito da Conferência Final do I Curso de Pós-Graduação em Globalização Diplomacia e Segurança)

Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Rui Vieira
Professora Doutora Teresa Rodrigues

5 – Os Novos Desafios de Segurança do Norte de África

Coronel Tirocinado Francisco Xavier Ferreira de Sousa

- 6 – Liderança Estratégica e Pensamento Estratégico
Capitão-de-mar-e-guerra Valentim José Pires Antunes Rodrigues
- 7 – Análise Geopolítica e Geoestratégica da Ucrânia
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel Mendes Martins
Tenente-Coronel Navegador António Luís Beja Eugénio
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Tenente-Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 9 – A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações de Angola. Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Coronel Tirocinado José Luís de Sousa Dias Gonçalves
Tenente-Coronel de Infantaria José Manuel Figueiredo Moreira
- 10 – O Fenómeno dos “*Green-on-Blue Attacks*”. “*Insider Threats*” – Das Causas à Contenção
Major de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 11 – Os Pensadores Militares
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Carlos Filipe Lobão Dias Afonso
- 12 – *English for Specific Purposes no Instituto Universitário Militar*
Capitão-tenente ST Eling Estela do Carmo Fortunato Magalhães Parreira
- 13 – I Guerra Mundial: das trincheiras ao regresso
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Fernando César de Oliveira Ribeiro
- 14 – Identificação e caracterização de infraestruturas críticas – uma metodologia
Major de Infantaria Hugo José Duarte Ferreira
- 15 – O DAESH. Dimensão globalização, diplomacia e segurança. Atas do seminário 24 de maio de 2016
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Adalberto José Centenico
Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues
- 16 – Cultura, Comportamento Organizacional e Sensemaking
Coordenadores: Coronel Piloto-Aviador João Paulo Nunes Vicente
Tenente-Coronel Engenheira Aeronáutica Ana Rita Duarte Gomes S. Baltazar
- 17 – Gestão de Infraestruturas Aeronáuticas
Major Engenheira de Aeródromos Adelaide Catarina Gonçalves

- 18 – A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas
Major de Cavalaria Marco António Frontoura Cordeiro
- 19 – Classificação e Análise de Fatores Humanos em Acidentes e Incidentes na Força Aérea
Alferes Piloto-Aviador Ricardo Augusto Baptista Martins
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
Capitão Engenheiro Aeronáutico Bruno António Serrasqueiro Serrano
- 20 – A Aviação Militar Portuguesa nos Céus da Grande Guerra: Realidade e Consequências
Coordenador: Coronel Técnico de Pessoal e Apoio Administrativo
Rui Alberto Gomes Bento Roque
- 21 – Saúde em Contexto Militar (Aeronáutico)
Coordenadoras: Tenente-Coronel Médica Sofia de Jesus de Vidigal e Almada
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
- 22 – *Storm Watching. A New Look at World War One*
Coronel de Infantaria Nuno Correia Neves
- 23 – Justiça Militar: A Rutura de 2004. Atas do Seminário de 03 de março de 2017
Coordenador: Tenente-Coronel de Infantaria Pedro António Marques da Costa
- 24 – Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate - Moçambique 1964-1975
Coordenadores: Coronel Tirolado de Infantaria Jorge Manuel Barreiro Saramago
Tenente-Coronel de Infantaria Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges
- 25 – A República Popular da China no Mundo Global do Século XXI. Atas do Seminário de 09 de maio de 2017
Coordenadores: Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues
Tenente-coronel de Infantaria Paraquedista Rui Jorge Roma Pais dos Santos
- 26 – O Processo de Planeamento de Operações na NATO: Dilemas e Desafio
Coordenador: Tenente-coronel de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 27 – Órgãos de Apoio Logístico de Marinhas da OTAN
Coordenador: Capitão-tenente de Administração Naval Duarte M. Henriques da Costa
- 28 – Gestão do Conhecimento em Contexto Militar: O Caso das Forças Armadas Portuguesas
Coordenador: Coronel Tirolado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 29 – A Esquadra de Superfície da Marinha em 2038. Combate de alta Intensidade ou Operações de Segurança Marítima?
Capitão-de-mar-e-guerra Nuno José de Melo Canelas Sobral Domingues

- 30 – Centro de Treino Conjunto e de Simulação das Forças Armadas
Coronel Tirocinado de Transmissões Carlos Jorge de Oliveira Ribeiro
- 31 – Avaliação da Eficácia da Formação em Contexto Militar: Modelos, Processos e Procedimentos
Coordenadores: Tenente-coronel Nuno Alberto Rodrigues Santos Loureiro
Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 32 – A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações da Guiné-Bissau (1963-1974). Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Brigadeiro-general Jorge Manuel Barreiro Saramago
Tenente-coronel de Administração Domingos Manuel Lameira Lopes
- 33 – O Direito Português do Mar: Perspetivas para o Séc. XXI
Coordenadora: Professora Doutora Marta Chantal Ribeiro
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação (2.^a edição, revista e atualizada)
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 34 – Coreia no Século XXI: Uma península global
Coordenadores: Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues
Tenente-coronel Rui Jorge Roma Pais dos Santos
- 35 – O “Grande Médio Oriente” Alargado – Volume I
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Ricardo Dias Costa
- 36 – O “Grande Médio Oriente” Alargado – Volume II
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Ricardo Dias Costa
- 37 – As Forças Armadas no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
Coordenador: Tenente-coronel Rui Jorge Roma Pais dos Santos
- 38 – A Participação do Exército em Forças Nacionais Destacas: Casos do Kosovo, Afeganistão e República Centro-Africana. Vertente Operacional e Logística
Coordenador: Brigadeiro-general Jorge Manuel Barreiro Saramago
Major de Transmissões Luís Alves Batista
Major de Material Tiago José Moura da Costa

- 39 – Pensar a Segurança e a Defesa Europeia. Atas do Seminário 09 de maio de 2019
Coordenador: Tenente-coronel Marco António Ferreira da Cruz
- 40 – Os Desafios do Recrutamento nas Forças Armadas Portuguesas. O Caso dos Militares Contratados
Coordenador: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 41 – Inovação na Gestão de Recursos Humanos nas Forças Armadas Portuguesas: Os Militares em Regime de Contrato. Atas das Comunicações do *Workshop* de 28 de janeiro de 2019
Coordenador: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 42 – Sistemas de Controlo de Gestão: Modelos, Processos e Procedimentos
Coordenador: Tenente-coronel Nuno Alberto Rodrigues Santos Loureiro
- 43 – Desafios Estratégicos para Portugal no Pós-Covid-19
Auditores Nacionais do Curso de Promoção a Oficial General 2019/2020
- 44 – Gestão Estratégica: Contributos para o Paradigma Estrutural da Marinha Portuguesa
Capitão-de-mar-e-guerra Nuno Sardinha Monteiro
- 45 – A Geopolítica dos *Chokepoints* e das *Shatterbelts* (Volume I)
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Marco António Ferreira da Cruz
- 46 – A Geopolítica dos *Chokepoints* e das *Shatterbelts* (Volume II)
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Marco António Ferreira da Cruz
- 47 – A Geopolítica dos *Chokepoints* e das *Shatterbelts* (Volume III)
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Marco António Ferreira da Cruz
- 48 – Estudos Estratégicos das Crises e dos Conflitos Armados
Coordenadores: Brigadeiro-general Lemos Pires
Tenente-coronel Ferreira da Cruz
Tenente-coronel Pinto Correia
Tenente-coronel Bretes Amador
- 49 – A Vulnerabilidade em Infraestruturas Críticas: Um Modelo de Análise
Tenente-coronel Santos Ferreira

50 – Função de Combate Proteção

Coordenadores: Coronel de Infantaria Paulo Jorge Varela Curro
Major de Cavalaria Rui Miguel Pinho Silva

51 – Estudos Estratégicos das Crises e dos Conflitos Armados

Coordenadores: Coronel de Cavalaria (Reformado) Marquês Saraiva
Tenente-coronel GNR Marco Cruz
Tenente-coronel ENGEL Silva Costa
Major Engenheiro Reis Bento

52 – Reinventar as Organizações Militares

Coordenador: Tenente-coronel de Administração Militar Carriço Pinheiro

53 – Estudos de Reflexão sobre as Informações Militares

Coordenador: Tenente-coronel de Infantaria Carlos Marques da Silva

Como citar esta publicação

Dias, C. M. M. (2022). *Convulsões Eurasiáticas. In illo tempore e agora*. Cadernos do IUM, 54. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Diretor

Tenente-general José Augusto de Barros Ferreira

Editor-chefe

Comodoro João Paulo Ramalho Marreiros

Coordenadora Editorial

Tenente-coronel Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada

Capa – Composição Gráfica

Tenente-coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Primeiro-marinheiro Rodolfo Miguel Hortência Pereira

Assistente técnica Gisela Cristina da Rocha Basílio

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar

Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa

Tel.: (+351) 213 002 100

Fax: (+351) 213 002 162

E-mail: cidium@ium.pt

<https://cidium.ium.pt/site/index.php/pt/publicacoes/as-colecoes>

Paginação, Pré-Impressão e Acabamento

Sumário Colorido

Rua de Palames, Edifício Caravelas 1º eq.

2970-703 Sesimbra

Tel: (+351) 932 696 712

E-mail: sumariocolorido@gmail.com

ISBN: 978-989-54940-8-8

ISSN: 2183-2129

Depósito Legal: 496124/22

Tiragem: 90 exemplares

© Instituto Universitário Militar, fevereiro, 2022.

Nota do Editor:

Os textos/conteúdos do presente volume são da exclusiva responsabilidade do seu autor.

ÍNDICE

1. ENTRADA	1
2. PENSAMENTO AGRILHOADO NA EURÁSIA. UCRÂNIA, AFEGANISTÃO E CINTURA E ROTA	5
a. UCRÂNIA	19
b. AFEGANISTÃO	32
c. ROTA DA SEDA	40
d. E A UCRÂNIA...	57
3. SAÍDA	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
POSFÁCIO DE AUTOR	67

1. ENTRADA

A operação do espírito traduzida em letra feita livro é justificada por nós à custa de algum egoísmo emanado da irrequietude, julga-se, do órgão onde prolifera essa coisa esquisita designada de neurónio.

A quase comoção aflitiva dessa «plataforma» intangível obriga-nos a continuar a expressar a sequela do seu funcionamento, por um lado e, por outro, a acautelar o leitor sobre a necessidade de incorporar ou de associar o já integrado putativo conhecimento veiculado noutros conjuntos de palavras publicados, particularmente nas áreas do saber da Geopolítica/Geoestratégia, da Ciência Política, da Estratégia, das Relações Internacionais e da Segurança e Defesa.

A contorção teria que ser disciplinada, tendo sido difícil buscar a forma, até que se deixou o inexplicável óbvio ditar: somos humanos, deixámos de ser «animal» parecido com sapo, viemos de um grande grupo que deixou de estar preso à água e ambiente húmido, porque a nossa pele disso nos foi livrando.

E assim, entrou-se em Terra à vontade, impermeabilizados pelo «chifre», ou melhor pela queratina, a tal proteína estrutural, barreira à água. Estava encontrada a tal forma; a disciplina seria conseguida pela forte amarra estabelecida com o território terrestre dominante, que nos enche os olhos quando virado ao contrário, como nos mostrou *Brzezinski* (1997): a Europa mais a Ásia, a Eurásia, colada pelo Oceano Índico, Ocidental para os chineses e por eles navegado (entre 1405 e 1433) por frotas do império do meio sob o comando do almirante *Zheng He* (1371-1433) e a égide da dinastia *Ming* (1368-1644), com o ousado «atrevimento» de chegar às costas do leste africano.

Afinal estamos a tratar de cerca de 69% do efetivo populacional mundial (UNPD, 2022), cerca de 41% da massa terrestre, de um espaço onde se localizam cinco países dos mais ricos em recursos naturais e quatro quando o escalonamento dos primeiros nove se refere ao valor desses recursos naturais (2021), num «ranking» relativo ao «top» dez do mundo, de um território onde respiram, no universo dos quinze países mais ricos do mundo, catorze.

E pese embora a racionalidade seja sempre acompanhada de carga que não se encontra no armazém da razão – em abstrato, porquê apelar ao voto de todos para legitimar presenças no Poder, quando a esmagadora maioria não percebe sobre aquilo que vota, não sabe em quem vota, na plenitude e outros, por exemplo -, essa gigantesca componente da fonte estrutural do Poder em causa incorporou (2019) cerca de 57% de terras de cultivo e de pastoreio, configura à volta de 66% da produção mundial de cereais, 86% de vegetais, 67% da fruta, 52% de raízes e tubérculos e representa cerca de 80% das pescas (captura) e produção de aquacultura (FAO, 2021).

Abrindo brecha para restrita pormenorização, na Eurásia produziu-se em 2019 ainda cerca de 42% da cana-de-açúcar à escala do mundo, 44% do milho, 79% do trigo, 90% do arroz, 80% da batata, 68% do leite, 75% dos ovos de galinha, 53% da carne de galinha, 77% da carne de porco, 38% da carne de gado bovino, e 68% de outras carnes (FAO,2022).

Sim; amarrados a um grande e apetitoso espaço, objeto de diversas reflexões por reconhecido grupo de teorizadores e demais, sobre ele colocaremos lente (s) e iremos expressar aquilo que os nossos olhos veem, particularmente no que se refere a assuntos da moda.

Pelo explicitado, clarifica-se que a «nossa» Eurásia não é a «terra do centro» (Figura 1), aquele espaço que teria como destino manifesto ser amarrado a único Estado, a separação/ligação entre a Europa e a Ásia do Príncipe *Nikolai Sergeyevich Trubetzky* (1890-1938), de *Pyotr Suvchinsky* (1892-1985) ou de *Konstantin Chkheidze* (1897-1974), na evolução de um movimento de migrantes russos por volta de 1920, para o plano político ou sociopolítico, que integra enquanto conceito a Federação Russa e as ex-repúblicas da URSS, entre outros, e que até se tentou sustentar como território diverso do Europeu e do Asiático, de maneira científica (*Lev Nikolayevich Gumilyov* [1912-1991], utilizando o subfactor geopolítico clima, mais concretamente, a temperatura, por um lado e, por outro, o fator população, dado que o príncipe alegava sobre a existência de uma forte ligação dos russos e dos turcos ocupantes da estepe.



Figura 1 – A Eurásia entre a Europa e a Ásia

Fonte: Retirado de pt.wikipedia.org (em 29JUL21, pelas 21h52).

Importa apenas, atendendo também à natureza académica que estas nossas palavras pretendem assumir, mencionar o contexto onde se desenvolveu o ideário, que pode ser caracterizado pela Revolução Bolchevique e eventos de seu tempo.

Em tempos recentes, a União desta «pequena» Eurásia ou parte dela parecia configurar-se (uma Rússia maior, na busca da Eurásia Maior), nem que fosse por ações sucessivas, no pensamento e palavra (2011) de *Vladimir Putin*, elementos que, em boa verdade, já tinham sido lançados pelo governante do Cazaquistão, *Nursultan Nazarbayev*, em 1994, desenho desfeito com relativa firmeza, por quem poderia ser integrado; é só a «economia» que é objeto e nome da «União Económica Eurasiática», que tem nesta altura como membros, para além da Rússia, o Cazaquistão, a Bielorrússia, a Arménia e o Quirguistão; como observadores, já lá constam o Uzbequistão e a Moldávia (para além de Cuba).

A Arménia planeava assinar um Acordo de Associação com a União Europeia daí a menos de dois meses depois, em Vilnius. Em vez disso, tornou-se até aqui o único caso de um país que abandona a via de uma maior integração europeia e se junta à nova União Económica Eurasiática. Fê-lo depois de Moscovo tornar muito claro que não tinha outra opção. [...] Conseguiu manter o território ocupado de Karabakh e as suas áreas adjacentes, enquanto via o Azerbaijão a usar a sua riqueza petrolífera para construir o tipo de vantagem militar que deixaria a Arménia numa situação desesperada se a Rússia se afastasse. (Mações, 2018, p. 242)

Por conseguinte, quase como elemento decorativo, mas essencial do ponto de vista cultural e significativo quanto à lembrança de que nos fazemos de melhor qualidade, quando tratamos da questão, da pergunta, da honesta curiosidade, a eternidade da nossa parca existência, aproveitando ventos que arrastam consigo alguns elementos de pensamento, quais fissuras, efetivas ou potenciais – por exemplo, a religião -, existentes na nossa base; a Eurásia,

Paramos quando «damos de frente» com os tais assuntos da moda e «*outskirts*», tão novos, quanto tão velhos.

Já agora, quase que a título de apêndice, mas que a contemporaneidade impõe, referir que a vanguarda cazaque na ideia não deixa de ser interessante, até pelos atuais apoios ao Cazaquistão, da Turquia, da Rússia e da China. E essas ajudas plasmando esferas de influência...

Afinal estamos a tratar de um país encravado, sem acesso ao mar (maior país do mundo nesta condição), entre a Federação Russa e a República Popular da China, de apreciáveis dimensões (cerca de 2725900 km², que lhe asseguram o 9º lugar mundial em extensão territorial. Cerca de 2000 km fizeram parte, outrora,

da Rota da Seda), diverso etnicamente (cerca de 100 etnias) nos seus 19 milhões e trezentos mil habitantes aproximadamente, poderoso em recursos importantes como o manganês, o carvão, o ferro, o crómio. Constitui-se como o maior produtor de petróleo da Ásia Central e o 2º da OPEP.

É um importante fornecedor chinês do ouro negro, particularmente através do conhecido oleoduto, com cerca de 2800 km, que liga *Atasu* a *Dushanzi*, em *Xinjiang* (China). Do ponto de vista da produção, em 2020, foi o 14º mundial de petróleo e o 23º no que se refere ao gás natural (BP, 2021). Foi o maior produtor mundial de urânio em 2015 (BGS, 2017) e tem identificadas as segundas maiores reservas desse «produto» do Mundo.

Adite-se, em operação do espírito contorcionista, que a «manobra por linhas interiores» materializada pelo tubo por onde «corre» petróleo, permite alguma mitigação (ligeira, é certo) da circunstância (e consequente dependência) relativa à viagem daquele recurso energético para a China, utilizando-se o estrangulamento de Malaca.

No que se refere a recursos alimentares, plasmados nos setores agrícola e pecuário, o Cazaquistão também revela proeminência e em alguns casos, mundial; por exemplo, no que se refere a trigo, batata, melão, melancia, girassol e cevada integra-se nos primeiros vinte produtores mundiais, tendo-se constituído em 2018 como o maior produtor mundial de linho, sendo ainda relevante a sua capacidade no milho, na aveia, no arroz, no centeio, e outros. Destaca-se também na pecuária, com grandes *outcomes*, tendo, mais uma vez a título de «amostra», sendo o 13º produtor mundial de lã em 2019.

A ligação à terra que se pode estabelecer quando a riqueza agrícola é um facto, desta feita é mesmo uma realidade, fruto da vida nómada de outrora, de abundante pastoreio, também potenciada pelo fator físico (clima e terreno). Bem no fundo, é o reforço da essencialidade do território para a espécie humana e, ainda por cima, um espaço bem no centro da Eurásia.

É antropológico e desde o «princípio», que cuidamos do espaço em que vivemos, do território com que nos identificamos. Os muros, físicos e digitais, entre clãs, entre tribos, entre nós e os outros, corporizam tal realidade... o Cazaquistão. Vamos encontrá-lo mais vezes por aqui.

Continuando...

2. PENSAMENTO AGRILHOADO NA EURÁSIA. UCRÂNIA, AFGANISTÃO E CINTURA E ROTA

A Eurásia, como território de vida conjunta da Rússia, da China e da Europa (incluindo o ator UE, se estendermos a natureza geográfica à das Relações Internacionais e da Ciência Política), serve assim de base neste escrito ou mesmo de cenário, como queiram, por um lado e, por outro, é percebida como «ente» a controlar, no quadro das possibilidades, por quem aspira a deter Poder, ou melhor, o Poder suficiente e libertador (liberdade de ação), que permita a concretização de objetivos definidos.

A palavra «Eurásia» terá sido utilizada pela primeira vez, como nome, pelo austríaco *Eduard Suess*, um geólogo, em 1885 (Mações, 2018, p. xviii), buscando projetar a ideia do tratamento do gigantesco território como um todo, a Europa e a Ásia, não sendo despiendo dar conta da contabilidade geral, que indica na Ásia três potências, pelo menos, económicos, no futuro, ou seja, a China, o Japão e a Índia (Mações, 2018).

O grande conjunto continental, obviamente partido, desorganizado, diverso, sem unidade do ponto de vista político, há muito que desempenha papel essencial em teorizações de índole geopolítico, celebrizadas por autores como *Halford Mackinder* (1861-1947), *Karl Haushofer* (1869-1946), *Nicholas Spykman* (1893-1943), só para relembrar alguns, não ostracizando, até pela maior modernidade, *Zbigniew Brzezinski* e o seu tabuleiro de xadrez (1997), onde se revela ou lembra (ideia que subjaz em muito da obra posterior, como a «*Geostrategic Triad*» [2001] ou o «*The Choice*» [2004]), que os EUA nele não habita, significando isso que talvez e ainda, a maior potência do mundo, com naturais necessidades de controlo da massa terrestre dominante, nela não se viu parida...mas que a rodeia, como se percebe de imediato pela projeção do seu poder naval ou pelo fator posicional dos seus tradicionais aliados. Remete-nos para o cerco dos continentes, com a necessária atualização, de *Spykman*.

Sobre o assunto, apenas acrescentar que, para nós, na linha de *Mackinder*, a dominante massa terrestre, inclui o Norte de África, afastando a ideia do Mediterrâneo como separador e acolhendo a justificativa do inglês que se sintetiza na identificação do deserto do Saara como o elemento de fissura, não esquecendo, por curiosidade e despertador de atenção que noutros tempos, os Gregos incluíam África na Ásia.

Reflexão anterior que, encarada per si, roça certamente a banalidade, evitando-a com o aditamento de que após a abertura da cortina dita de ferro, a Eurásia viu o funeral do contrapoder russo feito soviético, tal como já tinha organizado os dos dominantes impérios de todos os tempos.

A importância da Eurásia, podendo justificar posicionamentos e finalidades norte-americana – como por exemplo, a tentativa de negar aí o nascimento de um contrapoder hostil -, também se vê ufana na iniciativa, de seda chinesa, buscando forte conectividade no imenso espaço, que é como quem diga, e no mínimo, ligar a China à Europa, numa curiosa e interessante inversão de sentido na ação.

Por outro lado, não deixa de ser interessante uma possível associação, forçosamente em conluio com o quadro teórico concebido e que se deixou ver, com os «*Gateway states*» de *Saul Bernard Cohen* (2003) – “*Gateway states play a novel role in linking different parts of the world by facilitating the exchange of peoples, goods, and ideas*” (p. 49) -, onde faz constar no menu servido à altura, por exemplo, Singapura, Luxemburgo, Mónaco, com possibilidade aberta para os Açores e para a Crimeia, entre outros.

Quando é que a Eurásia se separou, sem rebuscarmos nas fossas abissais do conhecimento?

If the name Europe, as some believe, is derived from the Assyrian-Phoenician «ereb» (sunset) and Asia «acu» (sunrise), the earliest distinction between Europe and Asia may simply have been an elaboration of West and East, Occident and Orient. (Parker, 1960, p. 278)

Talvez apenas recordar, em prol da transdisciplinaridade, a quebra de continuidade percecionada por ocasião da queda de Constantinopla (29 de maio de 1453. Seria domingo de Pentecostes) que não se configura, em maioria, numa fenda física, mas antes, na separação, diríamos, dos elementos físico e populacional, até porque o contínuo substituído pelo contíguo era com o império romano.

A conquista efetuada pelos exércitos comandados pelo Sultão Maomé II, infligida a derrota a Constantino XI – o poder da pólvora face à forte fortificação -, rebocou consigo, não só o definhamento do império romano do Oriente, como também a fragilização da cristandade, em virtude de se escancararem as portas da Europa para o Islão.

De facto, o tocar a rebate «europeu», com final do toque mais próximo em 7 de outubro de 1571 (Batalha de Lepanto) não pode fazer cegar pela névoa dos tempos, que porventura, discursos inflamados traduziam a ideia clara da separação entre a Europa – a casa onde se mora – e os moradores – o conjunto da cristandade – .

A ideia anterior é bem traduzida em Mações (2018, p. 22): “A segunda dieta teve lugar em Frankfurt em outubro de 1454. Aí, *Piccolomini* [futuro Papa Pio II] pronunciou o discurso De Constantinopla Clade, «Sobre a Queda de Constantinopla», uma das mais salientes peças de retórica desse período, em que observava: «Na

verdade, durante muitos séculos, a nação cristã nunca sofreu tão grande desgraça como hoje...mas nós, hoje, fomos apoucados e atingidos na própria Europa, na nossa pátria, no nosso lar e sede». É de facto uma espantosa formulação, que deve ter captado como a ocasião parecia grave. Mas uma leitura mais cuidadosa revela que *Piccolomini* faz uma óbvia distinção entre o lar físico, a Europa, e aqueles que a habitam. Não é aos europeus que ele apela, mas à «nação cristã».

Ao largo de Lepanto (Grécia), João da Áustria, à frente de um conjunto designado de «Santo» (Liga Santa), integrando os Estados Papais, a República de Veneza, os Cavaleiros de Malta e o Reino de Espanha derrota as forças otomanas, no dia de Nossa Senhora do Rosário, barrando assim o espraio do Islão no mar Mediterrâneo.

O Papa tinha solicitado aos cristãos que se juntassem ao esforço de guerra e, por consequência, da batalha, utilizando a oração do Santo Rosário. Querendo acreditar e fazendo crer na intervenção divina, Pio V (Papa entre 1566 e 1572), que tinha excomungado Isabel I de Inglaterra em 1570, terá feito nascer no ano seguinte a festa de Santa Maria da Vitória, que tomará o nome de festa de Nossa Senhora do Rosário no tempo do papa Gregório XIII (Papa entre 1572 e 1588). Até nas festas se pensa...

Colocando uma das divisões do córtex cerebral em ação (lobos temporais), designadamente aquelas em que se armazenam memórias de tempo mais longo, vai-se de imediato buscar a uma das prateleiras experiências semelhantes e outras, porventura, interessantes para a forja da Europa.

Por exemplo, o homem de nome Carlos, que utilizava o seu martelo de guerra («Martel»), à frente dos Francos não derrotou os mouros do Al-Andaluz, comandados pelo governante de Córdova (dominada pelo Califado Omíada com sede em Damasco), em *Poitiers* (732)? E na sequência, não conteve o expansionismo islâmico, que já convivia abundantemente na Península Ibérica, e espreitava a Gália e quem sabe...? Ora bem, os chefiados por Carlos Martel, que ofereceram resistência à materialização de tal possibilidade, seriam designados por «Europenses» (Ribeiro, 2003).

Sem ostracizar, por manifesta impossibilidade de «epistemes» a componente das artes e da cultura em geral, de uma certa primazia nesses domínios, buscar a expressão «identidade europeia», sempre em rebuliço quando se pretende unir ou desunir, obriga à passagem da estação que se identifica com a noção da cristandade como forja desse coletivo, talvez tão espelhada, quanto hoje criticada; crítica que percorre o caminho da utilidade, na procura de outras «coisas», de outros territórios, onde possam dormir fósseis que influenciem a corporização daquela identidade.

Mesmo no quadro daquilo que se designou como «Projectos de Paz Universal» (Ribeiro, 2003), a ligação da «União Europeia» e da Europa, no seu

sentido amplo, à cristandade e à dialética com o Islão, é praticamente omnipresente, quer estejamos a tratar do ideário (1305-1307) de *Pierre Dubois* (1260-1321), da sugestão formulada por *Georges de Podiebrad* (1420-1471) e formalizada em 1464, efetuada ao monarca francês *Louis XI* (1423-1483) ou do texto indutivo de *Émeric Crucé* (1590-1648), datado de 1623, entre outros. E já agora, estávamos bem antes do século XX, gritando-se guturalmente que a imaginação, particular capacidade humana, relativa a unidade (s) europeia (as), já vinha de outros horizontes temporais e de diferentes autores, e quiçá, tal como a Carta das Nações Unidas.

Bom...mas seguindo; a referência à derrota romana não nos faz esquecer o grande Império de outrora; antes pelo contrário. As reminiscências, como tal, bem se encontram camufladas pela neblina histórica e seu parco conhecimento; verdadeiramente, o Império romano estendia o seu manto, por exemplo, até ao Azerbaijão atual, com *Baku* (associe-se com a negociata tentada entre Estaline e Hitler, em plena 2ª guerra mundial) a constituir-se como seu eletrão mais afastado a oriente, como ainda se evidencia pela municipalidade de *Ramana/Ramani*, localidade (Figuras 2 e 3) fundada pela tropa romana, ou seja, por *Lucius Julius Maximus* e parte da 12ª Legião romana; estava mesmo a ver-se: romana, latim...



Figura 2 – Ramana, Azerbaijão

Fonte: Retirado de pt.wikipedia.org



Figura 3 – Castelo em Ramana, Azerbaijão

Fonte: Retirado de pt.dreamstime.com

Apanhamos a máquina do raciocínio, que em muito se assemelha à máquina do tempo, já que referimos o Azerbaijão; importaria relembra o seu poder funcional, derivado em grande medida da sua posição bordejante do rico Cáspio que, juntamente com o Negro, constitui, diríamos, um agregado geopolítico com algum significado; ainda por cima, o Cáspio ocupa posição privilegiada no conjunto eurasiático, conforme o encaramos. Poder aquele, que pode ser tipificado por compreensível turbulência, quando se escutam soprados ventos de pressão originários do sucessor persa e da sequela pós-soviética.

Tal posição, controladora do acesso às águas do mar interior, também é relevante, para os caminhos que levem à Ásia Central – por exemplo, ligação caspiana entre o Azerbaijão e o Turquemenistão -, por um lado e, por outro, por se inserir na importante zona caucásica, onde aliás se mantém viva a conflitualidade conhecida por *Nagorno-Karabakh*, assunto que, já agora, nos levaria, se deixássemos, para a irritação norte-americana com a Turquia a propósito do sistema terra-ar S-400 (recordam-se?) que aumentou com o apoio turco, exatamente, ao Azerbaijão em detrimento da Arménia. Mas sobre isto, fiquemos por aqui.

Destino das águas dos rios Volga e Ural, oceano hircaniano de outras alturas, o Cáspio, posição central na Eurásia, pejado de plataformas petrolíferas, algumas autênticas cidades com reservas de petróleo e de gás natural de algum significado (não esquecendo o caviar), contrariando até ideia de alguns anos, que faziam daquele território um portento petrolífero como a Arábia Saudita, visão que

a própria história ajudava a conceber, fazendo-nos recuar ao ano marcado pelo relógio do tempo de 1878, por ocasião do banho nas águas de *Baku*, do Zoroastro (Figura 4), tido como o primeiro petroleiro do mundo. Curiosamente foi o ano em que *Edison* (1847-1931) fez a primeira apresentação de um tubo de luz, a lâmpada. Fazia-se luz...



Figura 4 – O Zoroastro

Fonte: Retirado de engenharia-química.blogspot.com (em 5MAR2021, às 18h14min).

A posição central sugeriria, à maneira do costume, um nó de comunicações ou ponte de ligação, circunstância que ainda hoje parece não acontecer, tendo apenas (e já não é pouco) cimentado o ideário de que a partir dele e do que contém, se possa, por exemplo, mitigar a dependência europeia do gás russo; o Corredor de Gás do Sul, parido pela Comissão Europeia, corporizado pelos tubos do Sul do Cáucaso, do Trans-Anatolian e do Trans-Adriático, alimentados pelo azeri reduto de gás de *Shah Deniz*, no Cáspio, é disso prova.

De outro ângulo de análise, a tal «ponte de ligação» (expressão eivada de alguma redundância), parece ainda, julga-se, estar com fraco pilar; se ligasse, os países bordejantes, particularmente, o Azerbaijão e o Turquemenistão, tinham mais opções e até fortaleceriam o poder funcional. Interessa? Depende dos lados, diríamos.

De qualquer maneira e até por associação ou conjugação com a «Rota da Seda», de que falaremos mais tarde, infraestruturas inauguradas na contemporaneidade por atores que acedem àquele mar, consideram a sua inserção na malha de transportes internacionais, promovida pela iniciativa chinesa; tal é o caso, por exemplo, do porto multimodal de *Kuryk* no Cazaquistão, inaugurado em agosto de 2018.

De novo, o gigante da Ásia central...

E para o outro lado, cita-se Mações, com exceção dos sublinhados que são nossos:

Para o Turquemenistão, uma ligação de fornecimento para o Ocidente seria uma via bem-vinda de diversificação energética, uma vez que se encontra agora inteiramente dependente da China. Neste momento, existem duas linhas de condutas: uma que vai para China, com uma capacidade atual de 55 mil milhões de metros cúbicos por ano, e outra para a Rússia, com uma capacidade de 80 mil milhões (2018, p. 116) de metros cúbicos. O gasoduto Turquemenistão-China entra no Usbequistão em Olot e atravessa o Usbequistão Central e o Sul do Cazaquistão, antes de chegar a Khorgas [motivo da nossa atenção mais à frente], na fronteira chinesa. De acordo com a BP, o Turquemenistão situa-se em quarto lugar no mundo em termos de volume de reservas de gás [...]. Desde o início de 2016, devido a um desacordo sobre os preços, a Rússia deixou por completo de importar gás turcomano. Mais tarde, nesse mesmo ano, uma disputa de preços com o Irão deixou a China como o único mercado de exportação do país. Previsivelmente, o Irão e a Rússia criticaram o projeto transcaspiano que reduziria grandemente a sua pressão sobre a Europa [...]. Em 2012 o Irão avisou que o outro nome do mar Cáspio – o mar a Paz e da Amizade [expressão usada também por ocasião da assinatura do Estatuto Jurídico do Mar Cáspio, assinada pelos cinco países bordejantes em 2018] mudaria se a construção da conduta fosse em frente. A conduta viria de Turkmenbashi até Bacu, onde iria ligar-se à linha do Cáucaso do Sul e depois à linha transanatoliana, ligando-se à rede de gás europeia na Grécia. Esta poderia bem ser a única forma de a Europa assegurar o acesso à energia na Ásia Central sem ficar dependente nem do Irão nem da Rússia. (2018, p. 117)

Os elementos recursos e posicional levaram à assinatura do Estatuto Jurídico do Mar Cáspio (Cimeira de *Aktau* em agosto de 2018) pelo Cazaquistão, Rússia, Azerbaijão, Irão e Turquemenistão, plasmando a própria importância da massa líquida considerada, traduzida até pela proibição de qualquer força armada aí operar, com exceção das dos países signatários. Circunstância anunciada logo pelo responsável iraniano que avançou que o «Mar Cáspio pertence apenas aos Estados do Mar Cáspio».

Aliás, a localização central na área veio potenciar, por exemplo, o lançamento de mísseis de cruzeiro por parte de 4 navios da marinha russa, em 2015, contra alvos do Estado Islâmico na Síria, a 1500 km de distância (Figura 5), ação conjugada com o Irão e o Iraque que autorizaram a passagem pelo seu espaço aéreo.



Figura 5 – Ataque russo contra posições do Estado Islâmico na Síria (2015)

Fonte: Retirado de naval.com.br (em 26JAN22, às 23h33min).

A própria evolução da palavra que hoje se conhece como «Azerbaijão» nos transporta, em virtude das «Eras» por onde viajou, para a riqueza, para a diversidade e mesmo para a curiosidade histórica da zona, onde os impérios se foram sucedendo, desde o Medo, por exemplo – a palavra Azerbaijão vai buscar raízes a *Atropates*, governador persa da satrapia (província, nos idos dos impérios Aquemênida e Sassânida da Pérsia) de Atropatene, pertencente precisamente aos Medos –, passando pelo Aquemênida, pelo de Alexandre e Selêucida; e hoje, até integra tanto uma aldeia judaica no distrito de *Quba*, *Gymyzy Gasaba* (*Qirmize Qesebe*), anunciando a presença de judeus na zona (talvez o elemento urbano único fora de Israel e dos EUA), porventura chegados há centenas de anos, dado que a formação da aldeia com significado deu-se a partir de 1731, com declinação da anterior «*Kulgat*», que ficava a pouca distância, como continua a ser casa de cristãos ortodoxos, como o povo *udi*.

Aliás, aproveitando as nossas funções em sede de ensinamentos de geopolítica e do livro «Geopolítica. Concetualização Clássica», já o pai da História (484 a.C. – 425 a.C.), nascido em Halicarnasso, hoje *Bodrum* na Turquia, no seu relato da contenda entre Gregos e Persas, por altura da batalha de Maratona, fala dos militares/soldados *Udi*, tal como Estrabão (64/63 a.C. – 24 d.C.), o historiador que relevou a posição central de Itália, para o advento do Império, mencionou os *Udi* na sua obra de 17 volumes «Geografia».

Bom...de qualquer maneira, o final da Guerra-Fria trouxe a evidência da

fragilização russa junto do Mar Cáspio, outrora praticamente seu prisioneiro, hoje partilhado com o conhecido conjunto dos «ões».

Mas o vasto território imperial (o romano), cruzando três continentes, poderia não significar que os próprios donos se sentissem pertença da Europa, não nos referindo, obviamente, à porção populacional bem amarrada geograficamente a Roma e suas «periferias». Mas o entendimento contrário também configura a mesma «licitude», não obstante importâncias parcelares de espaços particulares em determinadas dimensões, como era o caso do Egipto romano, económica e comercialmente falando.

A Eurásia, pensada de novo no seu conjunto, força a reflexão sobre o oposto, ou seja, a separação ou a contenda entre Ásia e Europa, linha de estudo curiosa e interessante, até porque, em acréscimo, pode ir a jogo com assunto lendário e ou quase como tal, envolvendo, por exemplo, os libaneses de outrora, os fenícios, anfíbios de Argos, raptadores da filha do rei *Ínaco*, com a sequela do rapto (ou nem por isso, conforme a mitologia) da filha do rei da Fenícia, de nome Europa, para já não falar do tempos recolhidos pela *Ilíada* e a tão imemorial, como romântica, ação especial levada a cabo por Páris, «recolhendo» Helena, levando à desavença e à iniciativa grega tomada sobre Troia. O duelo com Aquiles faz parte do conjunto do desentendimento.

O «eu o outro», já focados na nossa entrada, corporizados pela Europa e pela Ásia talvez fosse marcado mais uma vez pela geografia física conhecida de alturas menos recentes, calcorreada desde o Egeu até à chegada às erupções montanhosas Rifeus (Rhipaion em grego; Rhiphaeus, em latim), percurso materializado em parte final pela utilização no sentido Norte do rio Don, que assim configuraria a divisão entre os dois continentes...mas só para esses navegantes; a percepção e a realidade, para os outros, não existiria, nem o conhecimento necessário para a «capacidade» de tal curso de água se constituir fronteira; “The earliest boundary between Europe and Asia was formed by the Hellespont, the Sea of Marmona, the Bosphorus, the Black Sea, the isthmus between the Black and Caspian Seas, and the Caspian Sea” (Parker, 1960, p. 278).

A cartografia antiga atesta a afirmação, como se encontra no mapa de Hecateu, refletido também em Dias (2018, p. 18) (Figura 6).

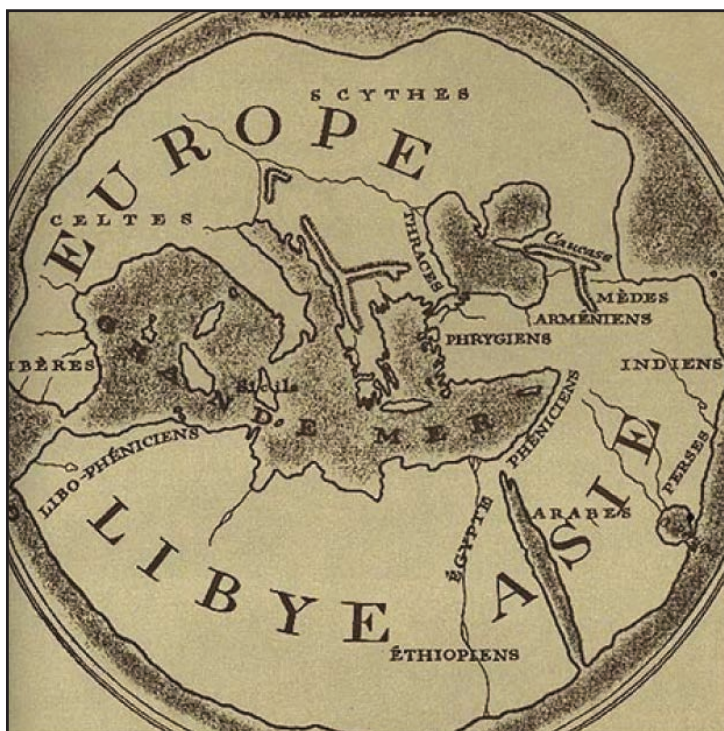


Figura 6 – A Terra segundo Hecateu de Mileto (557 a.C.)

Fonte: Retirado de segundopassoshistoria.blogspot.pt (em JUN2017).

Depois de terem aberto caminho do Egeu ao mar de Mármara, do de Mármara ao mar Negro e depois ao de Azov, tentariam por fim aceder ao rio Don e subi-lo até aos míticos montes Rifeus, perpetuamente cobertos de neve. Aí, a sua rota chegava ao fim. O Don marcaria, durante mais de mil anos, a fronteira entre os dois continentes, mas, o que talvez fosse mais importante, esta era uma fronteira e distinção existentes apenas para aqueles marinheiros. Os nómadas a norte teriam achado essa separação continental simplesmente ininteligível. Além disso, a partir do século XVI, o conhecimento geográfico da Rússia aumentara o suficiente para se perceber que o mítico Don era um lodoso e modesto rio, com origem bem a sul de Moscovo, inteiramente incapaz de constituir a fronteira entre os dois continentes. (Mações, 2018, pp. 24-25)

A intencional referência aos montes Rifeus, umas vezes percebidos como os Urais e outras como o acidente carpático, tem a finalidade essencial da suscitação da curiosidade e da «letra apelativa»; a mitologia grega tinha-nos como o limite a sul da designada «Hiperbórea», por sua vez identificada no mapa de Heródoto (484 a.C.-425 a.C.) (Figura 7), terra longínqua a norte, situada para além do local que abrigava Bóreas e de onde este soprava (o conhecido vento Norte).

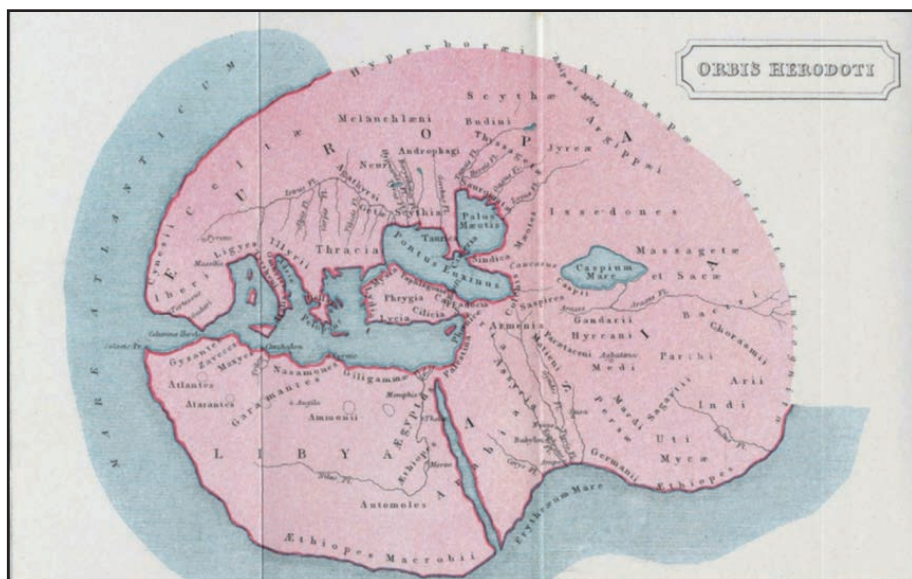


Figura 7 – A Hiperbórea no mapa de Heródoto

Fonte: Retirado de catawiki.pt (em 13FEV2021, às 22h50).

Mas continuemos...fronteira, estávamos, sem dar conta, a falar de fronteiras, matéria-prima primacial da geopolítica/geoestratégia, que aqui convive, presente, mas que muitas vezes se quer ausente, restando forte referência para o que ela abriga, quer do ponto de vista do conceito, quer no que se refere a consequência no domínio da prática, incluindo-se as dimensões da paisagem e suas características, do seu dinamismo ou metamorfoses, ora sendo «fronteira», ora sendo centro – “Quanto à orla navegável em torno do mar Negro, esta tendia a dissolver-se naturalmente à medida que Istambul se tornava o coração do Império Otomano, constituindo-se o centro e não um ponto de fronteira” (Mações, 2018, p. 25) – do *modus vivendi* das populações, entre outros.

E pese embora, consoante a utilidade, houvera momentos em que a cartografia buscava «dar a ver» a separação entre os continentes sustentada em acidentes orográficos, a ideia dominante, em transdisciplinar campo científico, é de que a Europa é uma extensão peninsular da Ásia (vamos ler mais à frente onde se encontra hoje aquilo que pode ser apelidado de base da península europeia), traduzida, por exemplo, no mapa do século XVI que a seguir se apresenta (Figura 8), que não deixa de explicitar a Princesa da Fenícia feita Rainha (que, não esqueça, terá sido raptada ou «cooptada» em pleno Mediterrâneo oriental pelo Deus dos Deuses, que teria assumido a forma de um robusto touro..), com a real coroa

localizada em Espanha, ou não fossem os Habsburgos, os dominadores do seu tempo...e quem estivesse na hoje Europa de leste e afins orientais, com certeza que voltava o olhar para a cabeça coroada.

Quem diria...

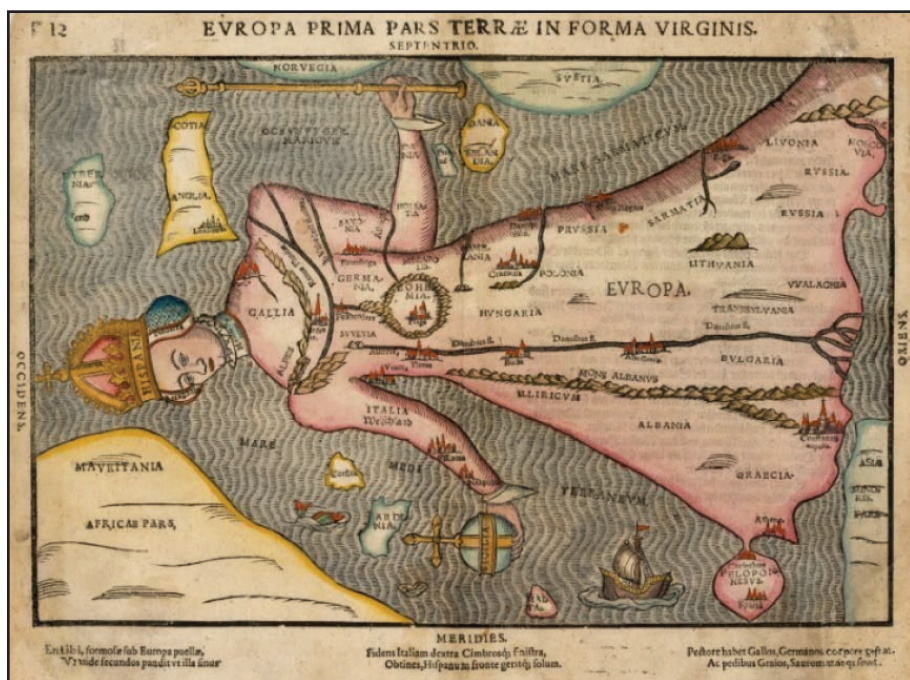


Figura 8 – A Rainha Europa

Fonte: Retirado de raremaps.com (em 13FEV2021, às 18h30).

A solução do acidente físico encontrado – Montes Urais – também nunca terá sido consensual, sendo até curiosos os detalhes utilizados para justificar a divisão, onde não faltaram à análise os peixes e as baratas: "...the same Battle of Poltava (1709) and Treaty of Nystadt (1721) which announced Russia's militant arrival on the European stage, also contributed th the next great change in the eastern boundary of geographical Europe. A Swedish officer, taken prisoner at Poltava, spent thirteen years in Russia until his release after the Peace. While there, he diligently studied the geography of the Tsar's realm and at Stockholm in 1730 published the book in which he claimed that the Ural Mts, not the Ob, were the real eastern limit of Europe" (Parker, 1960, p. 285).

The Urals, Strahlenberg contended, could be justified on excellent geographical grounds and his work is doubly important because he not only introduced a

new boundary, but based it mainly on factors of physical geography, rather than on political or classical grounds. The Urals were not merely a watershed but divided land of different slope and elevation; on the Asiatic side great rivers flowed northwards, while on the European side they flowed both north and south; there were, he alleged, important differences in the plant, animal and mineral geography of either side. [...]. Strahlenberg's Ural boundary was accepted by most geographers, particularly after the Russian Pallas gave it confirmation and support in 1771. [...]. The Ural Mountains-Ural (or Emba) River-Caspian-Caucasus boundary that is conventional today was introduced in France early in the nineteenth century. (Parker, 1960, p. 286)

A II Guerra Mundial veio trazer de novo à colação o assunto do limite europeu a Leste, com a natural, diríamos nós, influência da geopolítica/geoestratégia: "In the post-war world the tendency is undoubtedly for all who treat of world affairs and European problems to think in terms of a small Europe. The College of Europe at Bruges considers Europe as that part of Eurasia west of the U.S.S.R. In contrast with this passive acceptance of a conventional line, vigorous controversy has continued elsewhere, especially in Germany. Coudenhove-Kalergi, trying in 1935 to discover how geographers limited Europe, circulated a questionnaire to leading European political geographers. Of 42 replies, most (14) were for the western frontier of the Soviet Union, and 12 for the Ural line; the rest chose other boundaries or declined to give a definite or unqualified reply" (Parker, 1960, p. 290).

Afinal, que «cratera» plasma a cisão do grande continente? No tempo ou no espaço? Bruno Mações (2018) sugere o primeiro, em virtude da impossibilidade de descortinar verdadeiras cisões geográficas e até culturais; "A ideia da Ásia não é asiática mas europeia, aglomerando culturas e civilizações extraordinariamente diferentes, cujo único traço comum parece ter sido a exclusão coletiva da Europa" (Mações, 2018, p. 27) e a própria palavra «Ásia» estava condenada à inexistência, se os Estados do ocidente não se tivessem estendido até àquilo que conhecemos como território asiático; na linguagem das populações aí convivas, tal termo estranho era tipificado pela sua própria carência, assim como a ideia e facto de se poderem constituir como um todo, como espaço uno, como uma unidade; cita-se Kissinger (2014, p.125):

"The term «Asia» ascribes a deceptive coherence to a disparate region. Until the arrival of modern Western powers, no Asian language had a word for «Asia»; none of the peoples of what are now Asia's nearly fifty sovereign states conceived of themselves as inhabiting a single «continent» or region requiring solidarity with all the others. As «the East» it has never been clearly parallel to «the West».

Ficou conhecido fora da sua área de conforto (arte japonesa), o professor japonês Okakura Kakuzo (1862-1913), que em 1903 veio afirmar que a Ásia era uma, na sua obra «The Ideals of the East, with Special Reference to the Art of Japan» e logo na página primeira.

No entanto, a análise sob o ponto de vista das «nossas ciências» não pode esquecer o contexto espiritual, da forma de estar e pensar, mesmo teológico/religioso às vezes, com natural projeção para o fenómeno artístico, que todo o livro perfuma; no entanto, o odor espalha-se e dele se dá conta:

Asia is one. The Himalaia divide only to accentuate to mighty civilisations, the Chinese with its communism of Confucius, and the Indian with its individualism of the Vedas. But not even the snowy barriers that broad expanse of love for the Ultimate and Universal, which is the common thought-inheritance of every Asiatic race enabling them to produce all the great religions of the world, and distinguishing them from those maritime peoples of Mediterranean and the Baltic, who love to dwell on the Particular, and to search out the means, not the end of life. (1920, p. 1)

“For if Asia be one, it is also true that the Asiatic races form a single mighty web” (1920, p. 3). “It is in Japan alone that the historic wealth of Asiatic culture can be consecutively studied through its treasured specimens” (1920, p. 7).

Thus Japan is a museum of Asiatic civilisation; and yet more than a museum, because the singular genius of the race leads it to dwell on all phases of the ideals of the past, in that spirit of living Advaitism which welcomes the new without losing the old. (1920, p. 7)

Com a evolução do tempo, a aproximação entre os grandes protagonistas europeus e asiáticos, na Idade Moderna (finais do século XV até aos finais do século XVIII), foi dada, paradoxalmente, em razão da sua principal diferença, isto é o desenvolvimento técnico e tecnológico europeu, levando à “intrigante afirmação que o encontro não fora entre asiáticos e europeus, mas antes entre asiáticos e as máquinas europeias” (Mações, 2018, pp. 28-29).

A dissimetria provocada pelo fator tecnológico, intrinsecamente amarrado à ciência, não só seria projetada na cultura em geral (não só na cartografia, mas, por exemplo, também no desenho e na pintura. Conjugue-se com fator geopolítico «estruturas»), dando conta dessa realidade, como também nos evidenciava o facto de que a capacidade europeia de moldar a realidade (incluindo-se a de transformação da própria natureza) lhe propiciava condições de efetivo exercício da Força.

Por outro lado, a teorizada e reconhecida multidimensionalidade do Poder (característica que será reiterada com oportunidade, quando desbravarmos a Rota da Seda) saltava-nos à vista, não sendo despiciendo recordar, para além da militar, as dimensões económica e cultural, arrastando consigo inerente prestígio e consequentes efeitos indutores nas Relações Internacionais, trazendo-nos à memória, em acréscimo, os outros dois grandes catalisadores: o medo e a honra, como aliás nos ensina o Peloponeso.

A superioridade trazia também sequela social, evidente e de percepção, com a ideia de uma Ásia atrasada, parca de dinamismo e de uma Europa turbulenta, em

transformação, percorrendo caminhos de modernização e de rutura tecnológica – “The History of the World travels from East to West, for Europe is absolutely the end of History. Asia the beginning (Hegel, 1914, p. 109).

With the Empire of China History has to begin, for it is the oldest, as far as History gives us any information; and its *principle* has such substantially, that for the empire in question it is at once the oldest and the newest [...]. China and India lie, as it were, still outside the World's History, as the mere presupposition of elements whose combination must be waited for to constitute their vital progress. (Hegel, 1914, p. 121)

a. UCRÂNIA

Nesta nossa aproximação à hodiernidade, muito particularmente, a territórios ou atores do Sistema Internacional, teríamos que forçosamente encontrar a Rússia, ou não fosse considerada como um jogador geoestratégico por *Brzezinski*, no seu tabuleiro de xadrez, isto é, um conjunto organizado de quadrados, escuros e claros; a Eurásia.

A circunstância da Crimeia e, por arrastamento, da Ucrânia (do restante), mesmo podendo desconhecer os motivos, na eventualidade, guturalmente gritados na privacidade dos gabinetes e mesmo dispensando o escrutínio pormenorizado dos conhecidos fatores geopolíticos/geoestratégicos, que no seu modelo de análise, logo na contextualização geral, não esqueceria a mitigação das possibilidades chinesas que pudessem ser adquiridas na Crimeia

Nos anos anteriores à anexação da Crimeia, a China enviou pessoal militar para a Ucrânia para aprender como o país treinava os seus pilotos dos porta-aviões, a preparar a constituição do seu primeiro grupo de combate. A base aérea de *Novofedorivka*, na Crimeia, é um dos muitos limitados lugares no mundo onde isso pode ser feito, o único desses complexos alguma vez construído em toda a União Soviética. A Ucrânia estava a planear arrendar o complexo à China, por isso a anexação da península da Crimeia tinha o benefício acrescido de transformar a Rússia num indispensável naquilo que é admissivelmente o tabuleiro central na expansão militar da China, à medida que se desloca da pura defesa costeira para uma projeção do seu poder através dos oceanos Pacífico e Índico. Os planos chineses para uma nova geração de porta-aviões baseiam-se na conceção e tecnologia russas. (Mações, 2018, pp. 200-201)

Justifica-se, para todas as partes envolvidas, por aquilo que se julga evidente, e que pode ser traduzido, em larga lente, numa finalidade russa permanente, como seja o acesso aos mares quentes, já difícil até porque a maioria da sua população está em zona mais interior, por contraposição à vivência perto desses mares, e na recuperação do seu núcleo geohistórico, com as vantagens que depois daí poderão advir (recursos e massa crítica), adaptações das perdas resultantes do final da implosão da União Soviética.

Repare-se que mesmo o «caminho» para o elemento líquido se associa com a atual repartição do Cáspio (porque teríamos falado dele anteriormente?), outrora domínio soviético, e com a conjuntura caucásica.

Aliás, o tempo de hoje foi-se configurando logo com a matéria da região da Abkhazia na Geórgia (Figura 9), que terá contribuído logo para o exercício por parte da Rússia (reforços dos militares russos na zona) ou pelo menos para a possibilidade de induzir alguma contenção no passeio da NATO pelo mar Negro.



Figura 9 – Região da Abkhazia

Fonte: Retirado de pt.wikipedia.org (em 02FEV22, às 23h45min).

Teremos sempre que aditar que a Ucrânia fora da influência russa permite a passagem de parte da fronteira, diríamos, de uma península europeia enrugada, que é o mesmo que dizer da Polónia, para Leste, distendendo naturalmente tal agregado peninsular, assegurando a esta a mitigação da sua fatalidade posicional, permanente zona de amortecimento, que é histórica – na grande planície europeia, que evita os Cárpatos –.

Acrescente-se a visão e a realidade de passagem, ao longo dos tempos, entre os Urais e o Cáspio, aliás bem explicada por *Halford Mackinder* em 1904 (Figura 10), tanto de Oeste para Leste como o seu contrário, localizada hoje no Cazaquistão (de novo?), aumentando a sua importância e poder funcional, também como zona de amortecimento para quem vem, não sendo por bem, do Ocidente, assim como rampa russa no sentido contrário. Vizinha deste gigante da Ásia Central a Oeste, lá temos a Ucrânia, «protegendo» a Polónia... (Figura 11), bem no prolongamento do território que facilita o movimento.



Figura 10 – A passagem em terras de estepe

Fonte: Mackinder (1904, p. 424).



Figura 11 – Os atores, noutros tempos, mas..

Fonte: Mackinder (1904, p. 426).

No fundo trata-se da passagem da Europa para a Ásia e vice-versa, não esquecendo que a Rússia possui território na Europa (Rússia europeia), encostando

a sua fronteira ocidental, *grosso modo*, a uma linha traçada entre as partes mais a leste, quer do Mar Negro (Rostov do Don), quer do Mar Báltico (S. Petersburgo) (Friedman, 2015, p. 243) ...bem, a Ucrânia é parte dessa fronteira ocidental (Figura 12) e verdadeira «buffer zone» para o urso. É a história que o comprova; é hoje a tal base da península europeia (Friedman, 2015).



Figura 12 – Ucrânia, fronteira ocidental da Federação Russa

Fonte: Retirado de pt.maps-russia.com (em 31JAN22, às 15h40min).

Adite-se a realidade física de que a Ucrânia também «confronta» a Bielorrússia, a norte que, por sua vez, vê através do seu limite a oeste, a Polónia. Bielorrússia que está hoje alinhada com a Rússia.

Não é despidiendo relembrar que a circunstância é isso mesmo, ou seja, eivada de elementos conjunturais que, certamente inibiram o gigante russo de reagir a alargamentos da Aliança para Leste, que quase a posicionaram na vizinhança de São Petersburgo. Foi o caso dos Bálticos, onde a efetiva presença russa se conta apenas (mas pode no futuro ter alguma importância) na população aí existente: cerca de 27% na Letónia, 7% na Lituânia e 26% na Estónia.

Ora, agora e já há algum tempo, a conjuntura tem no centro a Ucrânia. Do mesmo ponto de vista, é pertinente recordar que o terreno existente entre a fronteira desta com a Rússia e a capital Moscovo é plano, não colocando grandes obstáculos a progressão terrestre, como já induzimos anteriormente e a distância é relativamente curta, ou seja, cerca de 800 km. Será prudente, para estes e tempos de futuro, aceitar a extensão de uma aliança militar antagónica a território, tão fácil, quanto tão próximo?

E se elaborarmos um pouco, na hipótese de a circunstância ocorrer, teríamos a NATO na Ucrânia e no Báltico. Se continuarmos, até verificamos da fragilização do tal aliado russo, o bielorrusso (incluindo-se a sua fronteira a sul).

E, recorda-se, na planície. Aquela que «foge» dos Cárpatos e que se espreguiça desde a zona dos Pirenéus até à cidade fundada em 1705 pelo Czar Pedro, o Grande, outrora capital do império russo, S. Petersburgo.

Que situação favorável para a Rússia...com a agravante da mencionada comprovação pela história. Napoleão, Hitler... e até as palavras e rabiscos paridos em 1944 numa reunião entre Churchill e Estaline (com resultante posteriormente ratificada pelos EUA) ocorrida em outubro de 1944 destinada a configurar/combina a divisão de territórios entre as duas esferas de influência, onde a partição não ocorria na Polónia, na Checoslováquia e nem a Ucrânia mereceria menção, em virtude de se constituir há décadas como república da União Soviética (entretanto ocupada pela Alemanha em 1941), já para não exacerbar o compromisso assumido perante *Gorbatchov*, a propósito do espreguiçar da NATO para o lado do Sol nascente.

Ou seja, foi assegurado ao último líder da União Soviética (1991), quer pelo secretário de Estado norte-americano (à altura, *James Baker*), quer por *Helmut Kohl* (chanceler alemão), que a Aliança não se estenderia para Leste “e o MNE Genscher garantiu ao homólogo soviético *Shevardnaze*: «Para nós é garantido: a NATO não vai expandir-se para Leste»” (Antunes, 2022, referenciando o livro de «Memórias da Segunda Guerra Mundial» escrito pelo próprio *Churchill* e a biografia de *Gorbatchov* escrita por *William Taubman* – prémio Pulitzer –). As garantias dadas por *Putin* relativamente à Crimeia, em 2014, terá sido equivalente funcional, tardio, mas só possível naquela altura.

Mas a mitigação de uns é o agravamento de outros, na justa medida em que os movimentos são e têm sido de duplo sentido; a Ucrânia tanto pode ser a «guarda avançada» europeia como russa nessa grande planície, e também daí, a óbvia compreensão das posições da Federação, que assume como perigosa uma tendência europeia ucraniana e inaceitável a sua adesão à NATO; e tão veemente parece ser a posição russa, que a ainda maior internacionalização da querela é «abanada», ao colocar-se nas palavras a hipótese de projeção de equipamento e armamento militar para Cuba e para a Venezuela...estaremos noutros tempos?

Aliás, a anexação da Crimeia seria sempre previsível, caso a cúpula política ucraniana alterasse. Alterou...O objetivo é vital. A morte é aceitável para a sua concretização:

No one rode to the rescue of Ukraine as it lost territory equivalent to the size of Belgium, or the US state of Maryland. Ukraine and its neighbours knew a

geographic truth: that unless you are in NATO, Moscow is near, Washington DC is far away. For Russia this was an existential matter: they could not cope with losing Crimea, the West could. (Marshall, 2016, p. 19)

E o fator humano, cumulativamente, não foi de desprezar. De facto, em sede de efetivo demográfico e sua especificação, à altura, em 2014, a Crimeia, no seio dos seus 2,3 milhões de habitantes, acolhia 1,5 milhões de russos e se viajássemos para as áreas de Donetsk e de Lugansk, a população russa/russófona pesava mais de 50% no conjunto (Tomé, 2018).

Antes de continuarmos, é de utilidade dizer que estes movimentos das e com as «placas» ucranianas, polacas e russas já se traduziram em ganhos e perdas tão registadas como desvanecidas pela espuma dos tempos; por exemplo, é só recordar o Tratado celebrado em 1667, conhecido como o Tratado de *Andrussovo*, inspirado no perigo comum – o Império Otomano (acompanhado pelos tártaros da Crimeia) – e que colocou fim à conflitualidade entre a Polónia e a Rússia, que durava desde 1654, a propósito do espaço hoje conhecido como Ucrânia e Bielorrússia. Os polacos (estendidos à Lituânia) cederam à Rússia, Kiev e a parte oriental da Ucrânia (Milhazes, 2016).

Em momento prévio à persistência invocada no parágrafo seguinte, por sempre contemporâneo, dizer que a situação causada na Crimeia fez, de novo, provocar sobressalto na União Europeia (UE), dada a sua dependência energética da Rússia. Lembrou-se de 2009, certamente. A dialética entre a posição da Ucrânia (gás que por lá passa no sentido da UE) e os tubos de gás natural que isso tentam evitar (recente caso do Nord Stream 2 ligando diretamente Rússia e Alemanha) estará mais que nunca no centro das atenções; a questão que se coloca à Europa é se ela poderá sobreviver sem os cerca de 200 mil milhões de metros cúbicos de gás que importa, todos os anos, da Rússia” (Zornoza, 2021, p. 21), sendo certo que paga bem por isso, colhendo o produtor esses benefícios.

A Polónia, «sempre no caminho», arranjou ela própria solução, com a construção de um gasoduto que a ligará à Dinamarca, e que trará o gás oriundo da Noruega (gasoduto aí nascido e que vem pelo mar do Norte), deixando de adquirir o recurso à empresa russa Gazprom, num projeto apoiado pela Comissão Europeia, mas que vai «pesar» num custo total de dois mil milhões de euros (Katele, 2021); afinal, uma despesa de todos nós.

Persistindo então, após o interregno do parágrafo anterior, a conjuntura ainda se complexifica, porque a Norte, o resultado dos esforços da dinastia *Piast*, ainda se vê confrontado com o enclave russo de Kaliningrado, de uma maneira, e de outra, olha atento para a fronteira com a Bielorrússia, a norte daquela com a Ucrânia (já para não nos referirmos à demarcação com a frágil Lituânia).

Afinal, a fronteira de hoje (reconhecida oficialmente) entre a Polónia e a Ucrânia foi aquela entre o primeiro Estado e a União Soviética; o próprio nome significa isso mesmo: «fronteira», da palavra eslava. Aliás, é pela sequela da análise do elemento posicional, que a Ucrânia assume a designação de «pivot geopolítico» com *Brzezinski* (1997).

Parece útil relembrar, que por ocasião da derrota na Guerra Fria, a Federação da Rússia procurou diminuir a sua fragilização posicional no Negro, reconhecendo as fronteiras ucranianas, em troca da manutenção da base de Sebastopol (parte dos navios por lá ancorados também foram cedidos à Ucrânia, mas pensa-se que esses estariam inoperacionais. O acordo de Ialta, celebrado por *Ieltsin* e *Kravchuk*, em 1992, cobria formalmente a partição da frota russa do Negro, ponderada em cerca de 80% para a federação).

Mais tarde, em 1997, foi celebrado um contrato de arrendamento que preconizava uma duração de 20 anos, prorrogado pelo antigo presidente ucraniano (2010-2014) *Viktor Fedorovych Yanukovych*, após acordo com o responsável russo, por mais 25 (portanto até 2042), certamente também influenciado pela possibilidade atirada para cima da mesa de os ucranianos conseguirem o gás natural russo a preço mais baixo, num correspondente a uma redução de 30% (Tomé, 2018). A extensão da presença de bases militares russas formalizou-se no Acordo de Kharkov, assinado também por *Dmitri Medvedev* (Milhazes, 2016).

O fragilizar da tendência europeia ucraniana, associada a preços de energia e outros esteve presente desde que a «doença» existe; mais um exemplo foi a sugestão de medicamento receitada pelo líder russo, em 2013, cujo princípio ativo foi o da diminuição do custo do gás vendido à Ucrânia, bem como um empréstimo de 15 mil milhões de dólares americanos, se aquela não assinasse o Acordo de Associação com a UE (Milhazes, 2016). A doença ficou curada.

Avançando...a base de Sebastopol constitui-se como a principal para a frota russa do Negro, que navega por aquelas águas desde o século XVIII; foi fundada pelo Marechal de Campo *Grigory Aleksandrovich Potemkin-Tauricheski* (1739-1791) em 1783, no enquadramento fornecido pela própria apropriação russa, no tempo de Catarina II, da Crimeia, na sequência das interações violentas com os Turcos, e a sua importância e papel na conflitualidade, ao longo dos tempos, foi relevante.

Mesmo nos mais recentes, foi factual o seu contributo para as forças navais russas no Mediterrâneo Oriental, por altura da guerra na Síria, tal como outrora, a proximidade que a componente naval russa ganhou de Constantinopla (que tão importante, foi, por exemplo, em 1833, no tempo do Czar Nicolau I).

O assunto de núcleo geohistórico é restringido por nós, por utilidade e limite, ao nascimento do *ethos* russo, que nos transporta para a história (mais à

frente na eventual leitura do texto). E nós vamos aproveitar isso, para também justificar daquela permanência atrás apontada, quanto ao acesso aos mares quentes, designadamente para sul, que é disto que por aqui também se trata.

No agregado, julga-se notória a potenciação do elemento posicional da Crimeia, não só no que respeita à projeção da dimensão militar russa para o Mediterrâneo, evitando a permanência exclusiva de outros atores, como os norte-americanos, mas também nessa extensão para o Médio Oriente.

Se infiltrarmos o fator recursos naturais nesta troca de ideias e fugindo do habitual (energia), para falar de outros menos afamados, mas igualmente essenciais, afirmaríamos que a Ucrânia é uma potência mundial no que toca a cereais: em 2016 foi o 7º produtor mundial de trigo, o 5º de cevada, o 6º de milho, o 4º de batata, o 7º de centeio; o ano passado, foi o 9º quanto ao trigo e 6º no que concerne à cevada e ao milho.

Em 2018, no agregado, o «pivot geopolítico» foi o 8º produtor mundial de cereais e em 2019/2020 foi o 2º maior exportador mundial de cevada, o 4º de milho e o 5º de trigo. Apetecível., sem esquecer que, por razões que ainda não são totalmente claras, a URSS, em 1954 oficializa em decreto a transferência do «Departamento da Crimeia da República Socialista Federativa Soviética Russa» para a República Socialista Soviética da Ucrânia. Mas como a própria designação explicita, era União Soviética.

Mas os exercícios russos de hoje, com o envolvimento de um efetivo de centenas de milhar de militares junto à fronteira ucraniana, reforçado com as ações de treino da e na Bielorrússia (cuja fronteira sul «espreita», de bem perto, Kiev na Ucrânia), na Crimeia e até na Transnístria, que causaram (causam) incómodo e receio abundantes de gravidade para quase todo o mundo conhecido, revelam circunstâncias que não são de todo inéditas.

Estamos a falar dos exercícios da série «*Zapad*», particularmente o «*Zapad 2017*», anunciados pelos serviços de informações ucranianos, como um perigo para a própria Ucrânia (Bratuchak, 2021, p. 22), pese embora as reticências levantadas quanto à qualidade e operacionalidade do equipamento utilizado.

Já o Czar russo Pedro I (1672-1725) ou Pedro, o Grande, não teve o mesmo problema? E à altura, os Otomanos não eram dominantes no mar Negro? Pedro I bem tentou, chegando a conquistar Azov, a cidade e na sequência erigiu a fortaleza que permitiria o controlo do conhecido mar de Azov. Mas e o resto? Entrar no desejado mar, sem controlar o estreito de Kerch, a ligação entre os líquidos? Os donos eram os turcos.

Afinal e antes de dar de novo voz à História, antecipando-nos às referências futuras sobre a atualidade da Crimeia neste caderno, logo que aquela passou

nos nossos dias para controlo russo, não se ergueu a Ponte do estreito de Kerch (Ponte da Crimeia, Figura 13. Localização do estreito de *Kerch*, Figura 14), ao longo de cerca de 19km, permitindo assim a circulação rodoviária entre a Crimeia e a península de *Taman* (Rússia)?

E a própria anexação dessa «verruga» não potencia, em cúmulo, o putativo efeito russo naquele estrangulamento e no mar de Azov?



Figura 13 – Ponte da Crimeia

Fonte: Retirado de <https://pt.wikipedia.org> (em13FEV2022, às 17h49min).

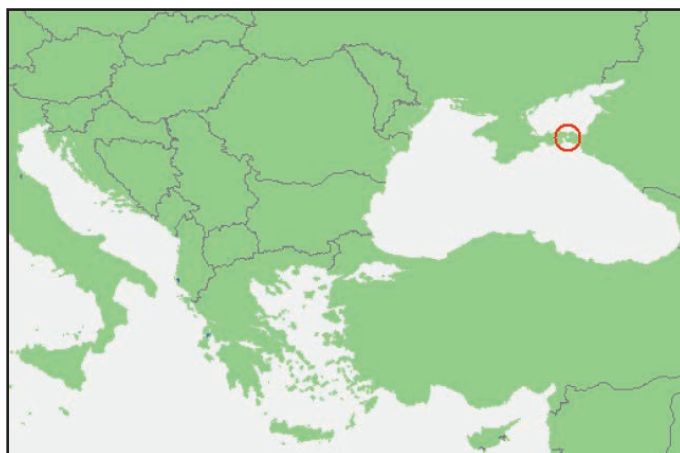


Figura 14 – Localização do estreito de Kerch

Fonte: Retirado de <https://en.wikipedia.org> (em13FEV22, às 17h58min).

Mas voltemos ao percurso histórico. A situação só foi resolvida a contento do império russo, pela princesa *Sofia Frederica Augusta de Anhalt-Zerbst-Dornburg*, ou seja, Catarina II (1762-1796) ou Catarina, a Grande que absorveu a Ucrânia, incluindo a Crimeia, a Bielorrússia, a Lituânia e parte da Letônia, ideia que aqui se reitera; já agora, aproveitou para tomar conta de metade da Polónia (as partições polacas) (Milhazes, 2016); e porque falámos lá atrás da conjuntura caucásica, apenas relembra que o próprio sucessor de Catarina II, o Czar Alexandre I para esses territórios avançou, bem no princípio do século XIX, ionizando-os do núcleo persa (Silvestre dos Santos, 2016, p. 5).

Russos que perdem Sebastopol mais tarde, a meio do século XIX, por esforços conjuntos desencadeados pela França e pela Grã-Bretanha – posteriormente também da Áustria, circunstância que induz coercivamente à celebração do tratado de paz -, que é o mesmo que reconhecer, de novo, a importância da localização e aquilo que alberga, porque a ostracização russa daquele espaço, facilitaria «um mais à-vontade» da Turquia independente.

Na sequência, o Negro deixou de assistir à presença dos antigos donos e da sua Armada na região (o documento previa ainda a cedência russa da foz do Rio Danúbio, entre outros), conjuntura que inicia laivos de modificação, quando os russos denunciam o Tratado e envidam sacrifícios na edificação de «nova» frota do Mar Negro, cerca de 15 anos depois...quase que estamos sempre a voltar ao mesmo..

Não conseguimos afastar caminhos que vão dar ao mesmo local, quando pensamos nestas coisas...a relação entre a União Soviética e a explosão turca direcionada para a República, que ao contrário dessa história um pouco mais longínqua, foi de apoio; a recente venda do sistema de mísseis antiaéreos S-400 da Rússia à Turquia (testado pela primeira vez pelos turcos em outubro de 2020; trata-se de uma atualização do sistema S-300, integrando mísseis terra-ar com alcances de 400 km, 250 km e 120km), com toda a turbulência gerada, quer no seio da NATO (sistema que muito provavelmente não consegue ser compatível com os congéneres), quer com os EUA, que ainda em outubro do ano passado aconselharam os dirigentes turcos a não reeditar semelhante aventura (terão alegado a recusa da superpotência em vender o sistema «*Patriot*»).

Sinal que se adita às sanções norte-americanas aplicadas à Turquia, que incluíram o seu afastamento do projeto da aeronave de combate F-35, atualmente uma realidade a um custo de cerca de 120 milhões de dólares a unidade, mas que consegue lançar 9000 kg de bombas com precisão até hoje inalcançável, selecionar alvos automaticamente, estabelecer ligação com as mais diferenciadas plataformas, desde *drones* a carros de combate, descolar e aterrar na vertical, entre

outras coisas; funcionamento sustentado em oito milhões de linhas de código de computador, tendo o seu desenvolvimento custado cerca de 1.5 biliões de dólares (McFate, 2021, pp. 59-60).

Rússia que assim recebeu dinheiro, que assim, muito provavelmente, corporiza acesso às próprias Forças Armadas turcas e quiçá às próprias indústrias de defesa da Turquia. Esta, por sua vez, é elemento importante da NATO e guardiã do seu flanco sul, é pivot geopolítico de *Brzezinski* e funcionalmente relevante nas dinâmicas eurasiáticas.

Até a questão dos refugiados negociada entre a União Europeia e a Turquia reforça as afirmações anteriores

Em março de 2016, quando bem mais de mil refugiados chegavam às ilhas gregas todos os dias, a União Europeia alcançou um acordo com a Turquia, cujo princípio fundamental era o compromisso de devolver todos os que fossem ilegalmente da Grécia para a Turquia, em troca do que a União Europeia aceitaria um igual número de sírios que viviam nos campos turcos, para se realojarem na Europa, até um limite de 72 mil. A UE comprometia-se também a dar um novo ímpeto ao processo turco de adesão e a pagar a Ancara seis mil milhões de euros para financiar os custos da grande comunidade de refugiados dentro da Turquia. [...] A Turquia começou a controlar ativamente o fluxo de migrantes e refugiados da sua costa, introduzindo patrulhas nas praias, bloqueios nas estradas e prisões em massa de refugiados, ao mesmo tempo que tentava dar segurança à sua própria fronteira com a Síria. Os seus serviços secretos estavam suficientemente bem relacionados com as redes de tráfico para que a nova política fosse executada com eficácia” (p. 321) [...] No interior de todo o sistema, a Turquia enfrentava uma dificuldade específica. Enquanto a Europa esperava controlar a sua fronteira com a Turquia confiando na cooperação turca, Ancara não tinha essa esperança em relação ao Irão ou ao Iraque. Assim, tentou controlar as suas fronteiras orientais fechando o caminho para a Europa àqueles migrantes e refugiados que vinham do arco de países que se estendia até à fronteira indiana. (p. 324) (Mações, 2018)

Para leste ou para oeste? Ao centro...

Com descomplicada simplicidade, referir que a «Guimarães/Santa Maria da Feira» da Rússia se encontra, conforme sua reivindicação (a mesma condição é clamada pela Ucrânia e pela Bielorrússia), ou integra também Ucrânia/Kiev, na justa medida em que os pilares fundacionais do seu *ethos* estão enterrados no poderoso estado medieval de *Rus de Kiev* (Figura 15), sucedâneo na designação atual do Estado «Rus», localizado na Europa Oriental, em região que tinha à ilharga os mares Báltico, Negro e Cáspio, apoiados pelos Rios Dniepre e Volga.



Figura 15 – Rus de Kiev (1054-1132) já partido em principados independentes

Fonte: Retirado de pt.wikipedia.org (em 15JAN2022, às 16h30min).

A «*Rus de Kiev*» respeitava assim ao conjunto diverso de tribos eslavas que habitavam aquela região entre os séculos IX e XIII. A própria nomenclatura «Rus» referia-se ao conjunto de povos da Europa de Leste que habitavam essas regiões (e aos «Estados» medievais da altura, como as cidades-estado do Grão-Canato de Rus e da Rússia de Kiev) cujos sucessores povoam agora as mesmas paisagens, mas da Ucrânia e da Rússia.

A curiosidade aguça-se, julga-se, na influência grega, isto é, o termo «Rússia» provém do grego, que o usavam, exatamente, aquando das referências ao «povo de Rus».

Foi o príncipe viquingue Oleg (845-912) (Figura 16), nascido na Suécia, que iniciou esforços à frente de guerreiros viquingues e eslavos (como podemos «ver» na monumental série televisiva «vikings»), para agregar os territórios em causa da Europa Oriental, tendo conquistado *Novgorod* e estabelecendo-se em Kiev (Figura 17), que passou a ser a capital. É relevante atentar na posição da atual capital ucraniana, quando o contexto é tipificado pela rota comercial utilizada por esses povos e que culminava em Bizâncio, a atual Istambul.



Figura 16 – Príncipe Oleg na série «vikings» e em imagem

Fonte: Retirado de onlineseries.com.br (em 10FEV2022, às 13h10min.)



Figura 17 – Ucrânia

Fonte: Retirado de pt.dreamstime.com (em 15JAN2022, às 16h50min).

A *Rus de Kiev* iria acabar por se dividir, após todos os esforços que foram feitos para a unir, tendo sido repartida em diferentes principados, muitos deles sob o domínio dos sucessores daqueles que jorraram sangue em sentido contrário.

Bem, por enquanto Crimeia e o Leste ucraniano passaram a estar de novo sob o domínio russo; significou isto, cumulativamente com o até agora sintetizado, que a Ucrânia perdeu cerca de “7% do seu território e 20% do seu potencial económico” (Milhazes, 2016, p. 79).

b. AFGANISTÃO

Outro dos assuntos entendidos como candentes e, como tal, credores de muita atenção (independentemente da sua tipologia), foi a designada retirada dos Estados Unidos da América, do Afeganistão, em agosto do ano passado, tendo na base um acordo assinado a 29 de fevereiro, com o consequente e rápido recrudescimento talibã, hoje senhores do país.

A matéria foi pretendida escarpelizar, circunstância que se «viu» inchada pelas imagens de população e de forças militares com a ingrata tarefa de tentar

organizar, o que as coisas da natureza desorganizaram mais, com datas-limite a cumprir; lá estiveram também militares portugueses, projetados em curto tempo, buscando cumprir a missão de fazer sair quem connosco, portugueses, trabalhou... íamos pagando com a vida que, com toda a oportunidade, a nós se agarrou.

Foi nesse momento que nos veio à memória que as Forças Armadas portuguesas já por aquelas paragens e, em hodierno contexto, conviviam, desde o ano de 2002, com uma equipa sanitária conjunta, com um efetivo de 8 elementos; na sequela recordatória, o efetivo de cerca de 4500 militares distribuído pelos diferentes contingentes enviados para aquelas terras, outrora fazendo parte da tão antiga, quanto moderna Rota da Seda e onde a presença humana surgiu num tempo que, para nós, é isso mesmo, ou seja, intemporal. Também por isso as lágrimas num ápice se verteram, quando os nomes Roma Pereira, Sargento Comando e Sérgio Pedrosa, Soldado Paraquedista, por lá exalaram suspiro, o último, em 2005 e 2007, respetivamente.

Trocaram-se e ouviram-se muitas opiniões e comentários, enquadrados em diferentes áreas do saber ou profissões desempenhadas; para nós, o assunto «Afeganistão» encaminha-nos para diferentes e diversos trilhos de raciocínio, mais alargados ou encolhidos, partilhados certamente por muitos e a partilhar por quem os queira calcorrear. Ao exercício que de seguida se respiga, em objetivos «pontos», não serão certamente alheias as componentes dos nossos ensino, formação e treino.

Assim, permitam afirmações, que pretendem «fugir a sete pés» da apelativa normalidade, como é o exemplo de que «o ente afegão nunca foi derrotado ao longo da história», de que é um «cemitério de impérios» e outras, com a consciência de que hoje será um espaço onde a fome vagueia e a pobreza prolifera:

i) o Afeganistão garante profundidade estratégica ao Paquistão, quando cita o gigante indiano. A importância da localização remonta a avançada idade, àquela da tentada e conhecida Linha *Durand* (1893) (Figura 18) que, no fundo, fazia configurar o território afegão como «terra de ninguém», separadora das áreas de influência russa e britânica (Índia), na vastidão da Ásia Central.



Figura 18 – Linha Durand

Fonte: Retirado de profwladimir.blogspot.com (em 22JAN2022, às 23h01min).

Ainda para mais, se atentarmos na relação território/população, e a manter-se o crescimento populacional, existe quem vaticine que vai faltar espaço, no Paquistão, para tantas pessoas daqui a umas décadas, para além da necessidade de recursos que se situam na base da pirâmide de Maslow; pese embora a descida muito gradual da taxa de natalidade (em 2017 seria de 28,6% e em 2020 foi de 27,4%), o 5º país mais populoso do mundo (já em fevereiro deste ano, contava com cerca de 227,6 milhões de habitantes), onde os oficiais gerais recebem 37ha de terra quando se reformam (Hoodbhoy, 2017), apresenta uma taxa de densidade populacional de 287 pessoas por km² (2020), que vem aumentando com consistência;

ii) com óbvia associação com o parágrafo anterior; olhando para a «carta»,

damos conta das fronteiras afegãs com 6 países; de seguida afastamo-nos um pouco para a perspectiva abundar e aí, podemos perceber que o território dominado pela cordilheira do *Hindu Kush*, sem qualquer litoral, acede à Ásia Central, liga-se à unidade geopolítica independente de *Saul Cohen* (1925-2021), ao mesmo tempo que configura vizinhança com o Médio Oriente;

iii) reiterando associação referida, lembrar que os Talibã, que absorveram muito da técnica de guerrilha no Paquistão, surgiram com maior relevância em 1994, traduzida no «Emirado Islâmico do Afeganistão»; à altura só três países reconheceram tal formação e um deles foi precisamente o Paquistão;

iv) A importância das fronteiras, ou melhor, das zonas fronteiriças, particularmente quando se constituem áreas de refúgio, por um lado e por outro, quando a situação até pode ser favorável a quem propicia abrigo; de facto, materializando aquela realidade elemento de desestabilização do Afeganistão e não o contrário, potenciava condições que o impediam de robustecer, mantendo-se o status quo de fraco e até falhado (Meacham, 2011).

Ora, porventura, não deixa de ser interessante para o Paquistão ter o Afeganistão fraco, não só porque nele encontra profundidade estratégica, como se referiu, mas também porque na outra frente tem a poderosa Índia;

v) o histórico recente que alavancou a presença norte-americana na zona – a operação norte-americana que ditou a fragilização da Al-Qaeda naquele espaço (na sequência do 11 de setembro de 2001); em 20 de dezembro de 2001, a criação pela ONU da *International Security Assistance Force* (ISAF), através da resolução 1836 do Conselho de Segurança, que passou para a responsabilidade da NATO em 2003, sem esquecer o esforço financeiro da sociedade internacional destinado à «reconstrução» do Afeganistão –, que não permite deixar a potência do Novo Mundo contorcer-se sozinha com eventuais responsabilidades e sem esquecer as suas cerca de 74500 vítimas mortais, entre militares e civis;

vi) a diversidade étnica, mas sobretudo as duas maiores etnias, ambas sunitas na sua maioria, isto é, a *Pashtun* e a *Tajique*, que nos lança de novo para a linha *Durand* que, em abono do rigor, atravessava as terras daquele povo. E não só; o Noroeste paquistanês é, na sua maioria, *pasthun*.

Assim, a zona fronteiriça, de um lado e do outro, vê-se habitada maioritariamente (e com arreigada identificação) pelo mesmo grupo étnico, suscitando a ideia de eventual união do espaço, no sentido de comprometer a integridade territorial paquistanesa, diminuindo-a e até permitindo, quiçá, interação de influência da Índia junto do Afeganistão, buscando materializar uma manobra de cerco (Meacham, 2011).

Tal vislumbre, hoje, no futuro e outrora certamente contribui para, pelo

menos, a percepção de alguma insegurança por parte do regime paquistanês, repercutindo-se em ação no Afeganistão, lembrando-nos a dimensão psicológica integrada no conceito de segurança.

A matéria também se conjuga com as zonas de refúgio e sua caracterização; é que os cerca de 11 milhões de pessoas *pashtun* viviam em terreno empinado e terras agrícolas que se colavam à fronteira com o Paquistão que, já agora, possui um comprimento de mais de 2400 km. Os talibãs, em maioria, são daquela etnia e radicais, organizando-se e executando as suas operações em diferentes e diversos grupos, com um efetivo de cerca de 20000 (Meacham, 2011). Em boa verdade, a zona de refúgio não era só território, mas também população;

vii) A terra afegã é abundante em ouro, ferro, chumbo, carvão, gás natural, petróleo, cobre, cobalto, ouro, constituindo-se como fonte importante de recursos; cumulativamente, acredita-se que por lá se escondam reservas de lítio que subam ao primeiro lugar do pódio do quantitativo mundial. E como se não bastasse, a riqueza natural também respeita às «terras raras», conjunto composto pelos lantanídeos, com companhia do escândio e do ítrio, um negócio que já significa 6,5 mil milhões de dólares, e que já justificou o plano de ação da UE para as matérias-primas críticas, aliando-se com dois países que têm reservas desses bens preciosos, como a Austrália e o Canadá (de Quetteville, 2021).

Metais, diria, concetualmente, estratégicos, em virtude de reconhecida necessidade, com domínio de existência na China, que ocupa o topo da cadeia, com larga maioria absoluta, incluindo-se na mineração e no respetivo processamento. Para o futuro (de alguma maneira, já o presente), lítio, cobalto e terras raras, brilham fortemente, mesmo em plena luz do dia. Não terá, a China, negociado com os talibãs a sua contínua presença, em segurança, no Afeganistão?

viii) a lógica do vazio de Poder que tipificam os «Balcãs Eurasiáticos» de *Brzezinski* (1997) que integravam o Afeganistão, manteve-se e, no quadro da existência de uma potência controladora, ainda se mantém; três países que se «confrontam» com o Paquistão, de igual maneira, integravam-se no conceito e espaço: Turquemenistão, Tadjiquistão e Uzbequistão.

E pese embora a validade da argumentação se centrasse na falta de um Poder, diríamos, organizador (em última análise, colocando ordem no caos que, por sua vez, pode ser promovido com a finalidade de fragilizar o instrumento ordeiro), ela saía reforçada pela evidência de que a lacuna surgia em território onde estava em trabalho de parto um rendilhado de transportes que ligaria as extremidades Oriental e Ocidental, rico nos tais recursos naturais e «espaço de batalha» histórico, onde o confronto era uma constante, entre Rússia, Turquia e Irão;

ix) os «Balcãs Eurasiáticos», que incluem o Afeganistão, são depois

integrados por *Brzezinski* (2004) nos apelidados de «Balcãs Globais», espalhando-se territorialmente para o Médio Oriente; o conceito é burilado à custa do desassossego que dali emana para o supercontinente eurasiático, por um lado e, por outro, parecia traduzir-se forte possibilidade de ser naquele vasto campo, onde a «espada» se iria brandir no choque com o mundo islâmico, tudo na tentativa de degustar o prato último: a Eurásia. Era ali que se deveria materializar a intervenção da superpotência.

Como dito anteriormente, o reforço vinha com a circunstância da área ser prolífica em recursos, energéticos, particularmente;

x) a saída norte-americana do Afeganistão segue uma tendência de redução da presença da sua dimensão militar no exterior dos Estados Unidos da América, constituindo-se como o efetivo menor em 70 anos, (cerca de 181000 em junho de 2021), não obstante a projeção contemplar, na totalidade, 171 países (Fialho, 2021, p.33).

Seja por razões económicas (no conjunto, o esforço de projeção para o exterior e sustentação custaria por ano, 180 mil milhões de euros), que não podem ser alheias à despesa a efetuar para a construção e manutenção de infraestruturas «básicas» nos EUA, seja por motivos de política interna, a retração da dimensão militar daquilo que se designaria «ventre mole» da Eurásia (conjuntamente com o mencionado no parágrafo anterior), pela quase inexistência daquela até à intervenção no Iraque, corresponde certamente a maior dificuldade de controlo no supercontinente.

Em linha, tal se deverá a uma opção tomada ou manifesta incapacidade, que aguça as mentes em convulsão, buscando justificativas em prioridades de atuação, só no Índico e Pacífico e quiçá, Leste asiático. Seja como for, fragilizando presença das componentes terrestres, enfraquece-se, em última *ratio regis*, capacidade de controlo efetiva, particularmente em terras por si instáveis ou que podem ser desestabilizadas por vizinhos que queiram engordar; e sendo gordos hostis...

xi) o comportamento dual de um dos atores mais importantes naquela «geografia», mais uma vez o Paquistão, face às sugestões/exigências norte-americanas, que no caso, encontram aparição na sua recusa em facilitar a entrega ou mesmo entregar Osama e a cúpula da Al-Qaeda que estavam «alapados» no Afeganistão. Importaria dar conta do controlo que os Talibã exerciam na governação paquistanesa. Estávamos em 2001...

Mais tarde, escorraçados do território dito «vencedor de impérios», encontraram segurança no planalto iraniano que invade o Oeste paquistanês, aproveitando abrandamento de quem os escorraçou, curiosamente, na já mencionada «Linha *Durand*» (Meachan, 2011).

Hoje, com os talibãs a governar o Afeganistão, a Al-Qaeda está a conviver em cerca de metade das províncias afegãs (Burke, 2021) e onde «anda» o *Daesh* por aquelas bandas, na Ásia Central em geral? Lente bem apontada aos terrenos fronteiriços do Turquemenistão, do Uzbequistão e do Tajiquistão.

Depois do 11 de setembro, o governo paquistanês declarou o repúdio aos talibãs, mas na realidade não fez nada contra eles. No seio do exército paquistanês, oficiais desconfiavam das lealdades uns dos outros, sem saberem quem entre eles tinha uma ligação básica aos fundamentalistas. [...] O Paquistão desenvolveu dúzias de armas nucleares e permitiu a transferência de projetos e equipamentos nucleares para a Líbia e para a Coreia do Norte. Em 2009, Obama acreditou que o Paquistão poderia ser atraído com mil milhões de dólares por ano. A esperança era que o Paquistão respondesse atacando os fundamentalistas. Em vez disso, o Paquistão opôs-se a quaisquer ataques terrestres norte-americanos a bases terroristas e queixou-se sempre que os Estados Unidos lançavam um pequeno ataque usando um veículo aéreo não tripulado chamado Predator. (Meacham, 2011, p. 87)

A ação da superpotência na zona tem que se tipificar por cuidadosa e objetiva, na justa medida da manutenção a médio e até a longo prazo de uma interação privilegiada com o Paquistão e, se possível, induzir e apoiar a sua estabilidade, reforçando o papel e ação do Estado na concretização das suas finalidades teleológicas, por oposição a outra tipologia de redes que se agigantam face à incompetência do primeiro. O cuidado e a objetividade não podem ferir a sensibilidade de outras interações importantes dos EUA, desta feita, com a Índia;

xii) a vital importância na relação entre a missão estabelecida e os meios para a concretizarem. Em coerência, o planeamento de operações obedece forçosamente e inclina-se perante a forçosa coerência. Alterando-se a primeira, parece necessariamente lógico que se avalie da adequação dos segundos, não só em quantidade, como em qualidade.

Efetivamente, a missão de estabilizar o Afeganistão (recorde-se, inconveniente para o Paquistão), que integrava certamente como tarefa implícita a criação de condições que impedissem a guarida, treino e projeção de terroristas – “1) providenciar segurança descentralizada nas áreas rurais das tribos *pashtun* para expulsar os talibãs locais; 2) ligar esse sistema de segurança ao governo central em Cabul; e 3) resolver o problema do refúgio seguro proporcionado pelo Paquistão” (Meacham, 2011, p. 84), sem limitações de vulto, não é a mesma que se estabelece para uma reconstrução pós-conflitual de um Estado.

E pese embora a dimensão militar seja imprescindível, outras são-no também, incluindo-se ações de política/estratégia estrutural, desde a sugestão/indução de dirigentes e finalizando na estrutura e operação do Estado, passando

por identificar e agir em conformidade, reconhecer lealdades existentes, muitas vezes, no quadro destes países, mais fortes a uma organização tribal, do que a uma estatal. E o número de efetivos cumulativamente se altera, diríamos.

O general James Conway, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, discordou profundamente. «Nós [fuzileiros navais] não podemos resolver os problemas da economia», declarou Conway. «Não podemos resolver os problemas do governo. O que podemos fazer é influenciar a segurança». (Meacham, 2011, p. 89)

O presidente Obama prometeu pôr fim ao papel de combate americano em 2014. Depois disso, não sabemos se os agricultores pashtun querem ser protegidos por um exército afegão que é predominantemente não pashtun nem se esse exército se oporá aos talibãs nas montanhas e nos campos de papoilas. (Meacham, 2011, p. 96)

Julga-se que as dúvidas se esclareceram o ano passado...

xiii) a hodiernidade do tema «Afeganistão» não faz tremer o classicismo da Teoria das Relações Internacionais e da Teoria Geral da Estratégia (integrando-se nesta, componente da Teoria Geral da Guerra); antes pelo contrário. Reforça-o, por um lado e por outro, permite-nos efetuar algum juízo de valor a propósito do seu conhecimento.

Sobre a primeira, relevam-se os objetivos classificados segundo o grau de importância, que nos dá conta de que só vale a pena morrer quando são vitais; pelos importantes ainda se combate, mas na impossibilidade de concretização, a «retirada» é aconselhada.

Relativamente à segunda teoria, recorda-se da racionalidade que a política deve oferecer ao fenómeno violento, integrando as vertentes do cálculo das probabilidades de sucesso e da lógica dos custos/benefícios, mesmo que a operação não seja concetualmente de guerra.

Adite-se que o «campus» da estratégia não é a coação militar; o objeto da teoria integra-a, mas nela não se esgota; é a coação e seu emprego, efetivo ou putativo, usando dimensões militares e não-militares, em simultâneo, ou nem por isso. Na sua seleção encontra-se traduzida a adequação e os próprios condicionalismos que as circunstâncias impõem.

A trabalhar com os militares, nos últimos anos, a CIA tornou-se mais eficiente a detetar e matar terroristas suspeitos. Embora os números sejam confidenciais, terão sido eliminados cerca de mil jihadistas nos seus covis no Afeganistão, Paquistão, Iémen e Sudão. A eliminação é normalmente levada a cabo por veículos aéreos não tripulados, mas por vezes por ataques tradicionais, como a equipa SEAL, da marinha que matou Bin Laden. (Meacham, 2011, p. 141)

xiv) recordar também que em tudo, mas particularmente no facto violento, a assimetria é sempre procurada, em virtude do constrangimento que se quer impor ou que se deseja evitar, assim como a dissimetria ao nível estratégico. Essas desigualdades são buscadas, essencialmente, nos planos, aos níveis estratégico e tático, nos meios, humanos e materiais, em quantidade e/ou qualidade;

xv) a importância do apoio dos povos no emprego da violência em geral e da militar em particular, incluindo-se a grupos políticos que utilizam as técnicas do terrorismo e da guerrilha em predominância, no sentido de exercerem a força, por serem fracos.

Destaque para a comunicação social e as «redes», enformadoras de opiniões e de seguidores de artificiais doutrinas, num mundo em que as notícias vêm mais de agregadores, do que das fontes nas origens, replicando sem dó nem piedade, tanto o verdadeiro e o conhecedor, como o falso e o ignorante (mais grave, se este for intencional ou por negligência).

C. ROTA DA SEDA

E a contemporânea e constitucional (Cintura ou Faixa [económica] e Rota [linhas de comunicação marítimas]) rota da seda chinesa, caminhos milenares batizados com esse nome em 1877 pelo geógrafo alemão *Ferdinand von Richthofen*, inaugurados nos tempos da dinastia *Han*? Também tornados proeminentes por *Marco Polo* (1254-1324) que os terá calcorreado (aliás, como intermináveis caravanas), como se percebe na série televisiva com o seu nome, que não deixa de ensinar sobre a sua relação com o tio (também um viajante na rota) e com o poderoso *Kublai Khan* (1215-1294).

China encontrava o Mediterrâneo e a Itália (Figura 19), cruzando terras da Ásia Central (Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Uzbequistão, Afeganistão, Turquemenistão) maioritariamente, sem deixar de ir à Ásia meridional (Paquistão e Índia), mas não só; o uso de rotas marítimas fazia também parte do projeto (Mar do Sul da China, Estreito de Malaca o Índico e por aí fora) (Figura 20).



Figura 19 – A Rota da Seda de outrora

Fonte: Retirado de amazing-iran.com (em 10FEV2022, às 14h26min).

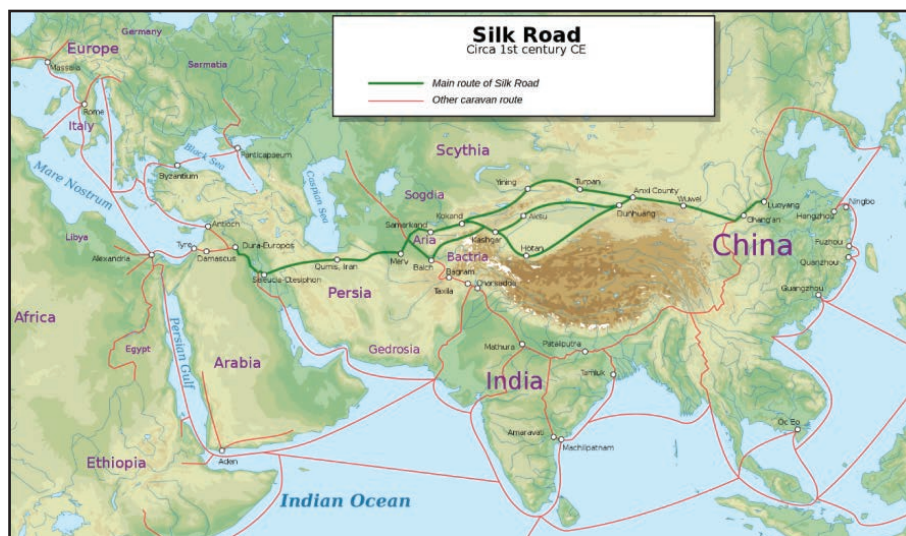


Figura 20 – A Rota da Seda de outrora, com componente marítima

Fonte: Retirado de en.wikipedia.org (em 24JAN2022, às 19h31min).

Quiçá escondida na ideia pública e popular de uma multipolarização do Sistema Internacional, a assombração espreitou em 2013 avançaríamos... verdadeiramente, quer em esforço (previsto, inicialmente custo de 1.3 trilhões

de dólares até 2027; em 2017, *Rahman* e *Shurong* avançavam com um valor de investimento de 4 a 8 trilhões de dólares, aplicados em 65 países, abrangendo 2/3 da massa terrestre e cerca de 69% do efetivo populacional do mundo), quer em primeira prioridade, traduzida na designação agora ultrapassada de «*Belt and Road Initiative*», a Eurásia parece ver reconhecida a primazia como principal palco onde os atores contracenam (Figuras 21 e 22), por um lado e, por outro, a sua importância para o controlo dos eventos intencionais que possam acontecer no Mundo, caso o predomínio nesse território possa ser alcançado, ideia que importa repetir e destacar.

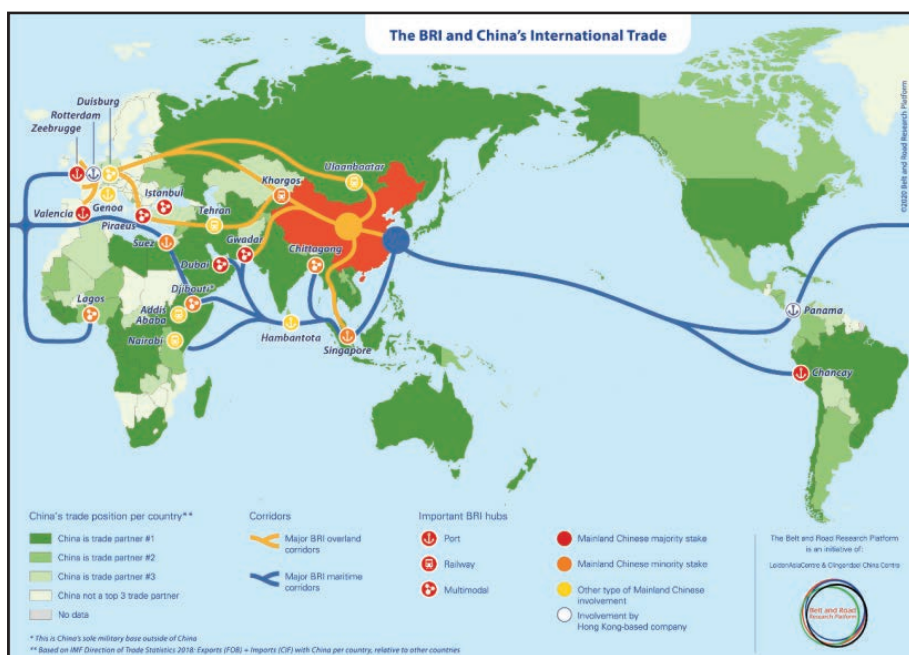


Figura 21 – The BRI and China's International Map

Fonte: Clingendael, Netherlands Institute of International Relations, Internet (retirado de beltroadresearch.com, em 24JAN2022, às 18h28min).

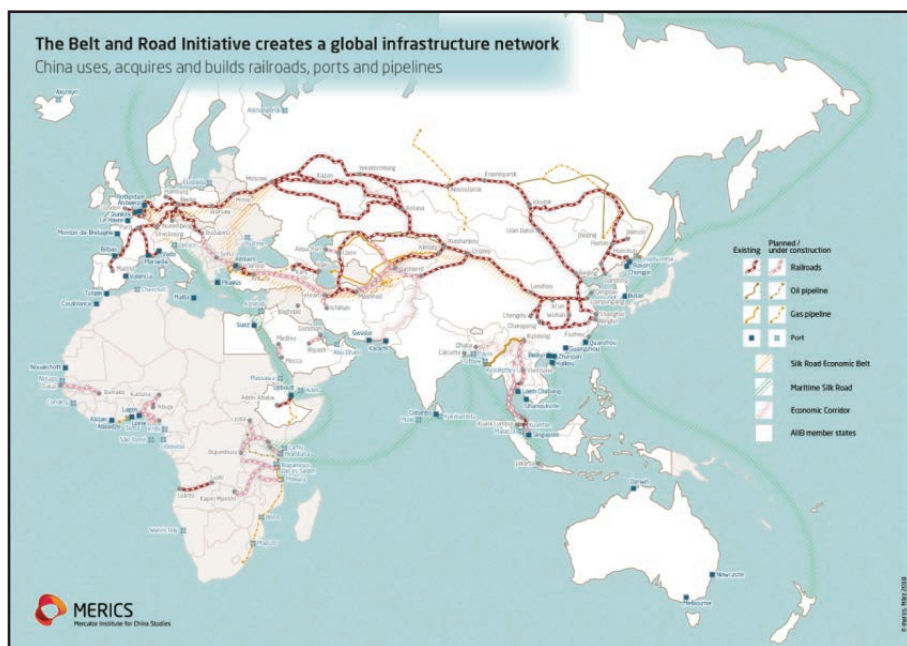


Figura 22 – One Belt One Road

Fonte: Mercator Institute for China Studies (retirado de merics.org, em 24JAN2022, às 18h35min).

Será por isto e correspondendo ao mundo conhecido outrora e agora, que a Cintura e Rota sustenta-se nas clássicas rotas, mas a elas não se podia restringir, por um lado e, por outro, mandava o bom constrangimento da vida internacional referência ao disposto na Carta das Nações Unidas, quanto aos princípios enformadores.

Já há alguns anos que os anúncios relativos ao desejo, simultaneamente necessidade (uma ordenação mais justa, que vá de encontro ao que efetivamente é, por exemplo), de uma estruturação diferente das Relações Internacionais, efetuados em nome da maior demografia do Mundo, são uma realidade.

A ambiciosa iniciativa parece configurar-se como instrumento de moldagem; no futuro (se a implementação for conseguida), China, Rússia, Ásia, particularmente a Central e a Europa ligadas, de diferentes e, muitas vezes, de cumulativas formas, constituirão esqueleto do corpo eurasiático, onde as articulações desempenham naturalmente papel fulcral; quer isto dizer que os nós, os «hubs», as portas de acesso a espaços (por exemplo, percebemos logo e, mais tarde ou mais cedo, também referenciados neste livro, a importância, de novo, do Cazaquistão, do Azerbaijão, entre outros) têm que ser controlados, influenciados e aí, a presença é importante.

Estamos a falar praticamente e com insistência, da noção de «Gateway States» de Saul Cohen (2003), com a cautela concetual do enquadramento fornecido pelo

geógrafo norte-americano, assim como de áreas onde geograficamente se possam consubstanciar tais ligações terrestres, passando forçosamente pela existência de condições de estabilidade, significando a «fuga» a localizações territoriais objeto ou palco de conflitualidade. Relembrar, por reiteração, que a Crimeia era tida como potencial «gateway» na região da Europa Central e de Leste, por Cohen (2003, p. 50).

De facto, os dois corredores, terrestre e marítimo, mesmo para quem não esteja habituado a tratar destes assuntos, desenhavam, quer o cerco, quer a ligação entre os extremos do supercontinente, num projeto que à altura envolvia ou contava envolver cerca de 60 países (hoje, mais de 80), a que se tem que associar a sua massa crítica e o próprio elemento posicional.

O terrestre traduzia (traduz) a ligação da China à Europa, propriamente ao mar Báltico, atravessando territórios do sudeste asiático, da Ásia central, não esquecendo a Rússia, via Mongólia, e espreguiçando-se para a Ásia meridional, cujo limite é encontrado no Índico, sem ostracizar a península indochinesa.

Não se lembram de *Khorgas*? Quando falámos sobre o Cáspio? A chinesa cidade, bem encostada na pele do Cazaquistão, que é o mesmo que dizer da Ásia a roçar a Europa, em virtude do Cazaquistão integrar uma região geograficamente pertencente ao continente europeu – entre o rio Ural e a fronteira com a Rússia (Figura 23), que mais uma vez se deixa ver, é o ponto inicial da Rota; passando pelos poros estamos então no vizinho e confrontamo-nos com o afã associado à construção do porto de *Khorgos* (Figura 24) que, por curiosidade, não tem água (Mações, 2018).



Figura 23 – O território europeu do Cazaquistão

Fonte: Retirado de pt.wikipedia.org (em 28JAN2022, às 00h22min).



Figura 24 –Porto de Khorgos

Fonte: Retirado de *astantimes.com* (em 28JAN2022, às 00h16min).

Estamos a falar do porto seco, da designada «Porta de *Khorgos*», porto de ferrovia, futuro centro de transportes, à distância de milhares de quilómetros de um oceano, mas também por isso promotor e potenciador das possibilidades do touro face ao toureiro, imagem que se adapta, com a devida cautela conceptual, de *Raoul Castex* (1878-1968), no que refere ao poder terrestre pela possibilidade de vias mais penetrantes, mais diretas, com menor dispêndio de tempo.

E lembram-se dos mapas (figuras) de *Mackinder*, do seu escrito de 1904, presentes neste texto? E da localização do Cazaquistão? O poder funcional deste gigante vê-se plasmado na importância que assume na iniciativa de ligação entre a China e a Europa, quer via Ásia Central, quer tomando a direção e sentido da Rússia, que se traduzirá, certamente, na recolha de dividendos, particularmente aqueles associados a uma maior eficiência em futuros transportes a realizar.

Cumulativamente, associe-se as suas duas estruturas portuárias no Cáspio, quer *Aktau*, quer *Kuryk*.

A continentalização simbolizada pelo início naquela estrutura, sustentada particularmente na ferrovia, adquire novo fôlego face à alternativa marítima e, pese embora se possa advogar do menor custo de frete, porventura o recuo populacional

que as alterações climáticas poderão produzir, designadamente, o aumento do nível das águas do mar que se dará em muitos litorais, levará à reflexão e à ação.

Curiosamente ou nem por isso, é o caso da China que terá que fazer aquilo que a lógica dita, julga-se, por um lado e, por outro, terá condições que a barata e muita população induz: trabalhar. Voltamos ao início...ver as imagens dos trabalhadores dos que seriam os caminhos de ferro em vários locais do mundo, a quem se tinha até que garantir segurança, com polícia e afins. Havia sempre (há) quem não quisesse o cumprimento de tais propósitos.

O corredor marítimo, preconiza também ligação final à filha do rei da Fenícia, navegando até lá por águas já identificadas nas diferentes figuras e com várias «línguas» como aquela que alcança o Pacífico Sul; nas travessias lá se cruzam águas do sul e do sudeste asiático, as do Médio Oriente e até as de África Oriental; Grécia (porto de Atenas), Polónia, Malta Holanda, Bélgica, Sri Lanka Paquistão, Egipto, entre muitos outros; que longo abraço...

Até porque é no supercontinente, como se depreende logo da «entrada» para estas palavras, que convivem os grandes espaços de consumo, de fontes de recursos, integrando-se os energéticos, e de ancoradouro do Poder sempre navegante, até pelo seu crescimento, conhecido por Ásia.

Todos eles ligados, por diferenciadas e por vezes redundantes amarras e que, em grande medida corresponderá também a um reforço da continentalização da Eurásia, que também potencia o facto de a China constituir-se, de alguma maneira, como o início e o final de grandes cadeias comerciais, tanto fabricando, como armazenando e exportando à escala mundial.

Tal projeto consubstanciava e consubstancia hoje, na sua versão atualizada, o emprego das diferentes e diversas dimensões do Poder (Poder que, de qualquer forma, só fica provado, quando se demonstra a sua existência, quando for efetivamente exercido; do ponto de vista teórico, considerar atentamente aquilo que apelidamos de bases relativas do Poder), admitindo-se o seu «desmembramento» por razões de natureza académica e até prática; no fundo, estamos a tratar de uma das suas características, ou seja, e reitera-se, a multidimensionalidade.

A oleodutos, caminhos de ferro, estradas, estações, portos e afins, juntam-se estruturas e apoios na área da educação e ensino – como «demonstração», a preconizada oferta anual de 10000 bolsas de estudo, por parte do governo de Pequim, aos países que estejam posicionados ao longo deste roteiro -, na da cultura, na da arte, estabelecimento de ligações na componente diplomática, interações no domínio da economia e finanças, entre outros, traduzindo os percursos mencionados, que são acompanhados, por sua vez, do quase intangível digital, apontando intrínseca e primordialmente para os fatores geopolíticos

circulação e estruturas.

Um bom exemplo do que acabámos de dizer, até porque é um país dos Cárpatos, é a Hungria; para além da ferrovia para transporte de mercadorias que ligará *Chengdu* (província de Sichuan) a Budapeste, da ferrovia (modernização) que irá de Budapeste a Belgrado na Sérvia, é intenção de Pequim, aproveitando a vontade do responsável húngaro, investir num polo da universidade chinesa de *Fudan* a edificar em Budapeste (Gergely e Dobszay, 2021).

Ou então, a via-férrea entre a China e o Laos, hospitais, escolas, barragens, rodovias, entre outros.

Acautelar que «primazia» não significa exclusividade, particularmente na contemporaneidade, onde o facto globalizante é uma realidade, a presença mundial em Organizações Internacionais, um encontro em que o mais forte precisa muitas vezes do mais fraco, nem que seja na busca de uma legitimação e em que os povos se encontram pelo ar, pelo mar, pela rede das redes, pela terra amiúde, e em quantitativo apreciável.

Queremos com isto dizer, que a própria evolução do projeto contemplando outras paragens, quase que assume índole natural, em virtude da necessidade de presença rentável no maior número de espaços possível; mas isto não quer dizer que todos eles signifiquem o mesmo – é o jogo do monopólio e a «rua mais cara» –.

São os casos de África – onde se pretende edificar/construir ferrovia no Quênia, centrais elétricas na Costa do Marfim, um aeroporto no Ruanda, entre outros - e da América Latina (2018); repare-se, por exemplo, na integração panamiana, à custa do corte das suas relações diplomáticas com Taiwan (Brînză, 2018).

No quadro eurasiático, as pinças estendem-se ao Ártico (Figura 25), com consentimento consentido (não esquecer o «*Integrated Development Plan for the Northern Sea Route 2015-2030*» russo, concebido em 2015, ano em que se viu nascer um Comando do Ártico da Federação) também plasmado em anúncio datado de julho de 2017 efetuado após encontro entre o presidente chinês e o primeiro-ministro russo; destaque para a posição vantajosa da Rússia (poder funcional), com incentivos para a edificação de infraestruturas e respetivas sequelas, em águas que, desde que cruzadas, evitam os escolhos de vária tipologia do estreito de Malaca e permitem um encurtar de distância de cerca de 7400 km.

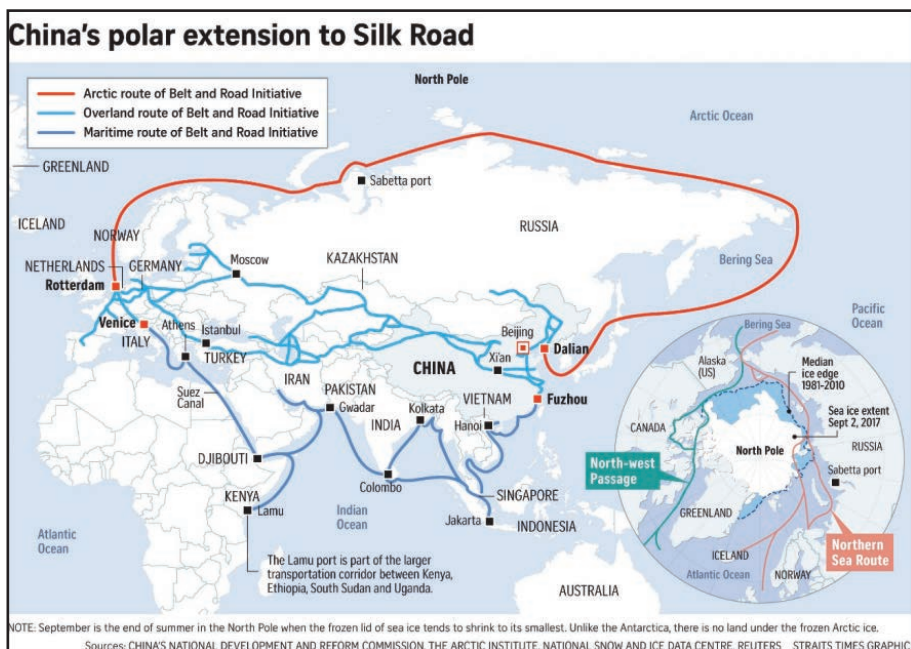


Figura 25 – A extensão para o Ártico

Fonte: Retirado de southfort.org (em 24JAN2022, às 22h47min).

Já em outubro de 2020, o presidente russo anunciou a adoção do «*Strategy for Developing the Russian Arctic Zone and Ensuring National Security through 2035*» (Kluge & Paul, 2020).

Cumulativamente, a riqueza de recursos naturais faz competir, por enquanto, contendores através das sugestões de plataformas continentais, por um lado e planejar no mesmo sentido quando águas livres permitam isso mesmo: liberdade.

Em linha, recorda-se pensamento de Smith (2011) e Dias (2014) sobre putativos portos importantes (lá estão *Murmansk*, *Archangel'sk* e até o norueguês *Kirkenes*, entre outros) e apoios em sistemas de transporte, incluindo para o *hinterland* siberiano, num esforço de organização do espaço a que não é alheia a necessidade de fixação de populações.

Em virtude da natureza acadêmica que não pode ser dissociada do texto, para dar conta do possível efeito destas tenazes, atente-se na urgência russa em reforçar o esforço de ocupação e de organização do seu extremo oriental e da Sibéria, componente crítica, que se junta ao secular transiberiano, que usa cerca de 9300 km para ligar Vladivostok e Moscovo, na continentalização do território russo.

É neste contexto que se estuda, que se sugere e quiçá, se vá materializar planos russos de há longo tempo, incluindo-se a edificação de cidades, como a de *Elektrograd*

e, certamente, a movimentação de efetivo populacional, contexto tipificado ou agravado ainda pelo putativo desaparecimento de outros aglomerados ligados à exploração de recursos naturais, em condições muito adversas, por isso, bem paga, mas que se vê finalizada, dado o esgotamento do recurso (Novoprudski, 2021).

E tudo tem de ser feito, provocando o mínimo de instabilidade da zona; afinal de contas, o extremo oriente russo não é só frio; também é rico em recursos, desde o peixe, a água, o petróleo, o gás, entre outros.

A sensibilidade que estará presente na configuração das interações no âmbito do projeto chinês no Ártico com a Rússia, também se transportam para os territórios com potencial de efervescência, como a Europa de Leste e, obviamente, a Ásia Central.

Em março de 2020, o número de países envolvidos e, de certa maneira, objeto do plano chinês, já roçava os 100, com pelo menos 70 a serem eurasiáticos, todos comprometidos formalmente através da assinatura de um memorando de entendimento com o dragão.

Importa, no entanto, afirmar da ausência da importante Índia, ator maior da unidade geopolítica independente (1963) de *Saul Cohen*, que alega, por um lado, custo financeiro insuportável e, por outro, a existência prevista de componente do corredor terrestre, com ligação ao Paquistão, que invade território reclamado como soberano pelo dominador da Ásia meridional, na conhecida zona de Caxemira – a Caxemira ocupada pelo Paquistão – (Figura 26).



Figura 26 – Zona de Gilgit e Batistão

Fonte: Retirado de pt.wikipedia.org (em 28JAN2022, às 22h43min).

E, ao contrário do afirmado há uns anos, o território ainda (e porventura sempre, ou não fôssemos um animal territorial) se constitui como razão de zanga.

De pensamento retorcido, note-se e especulando, que Caxemira «caindo» para a Índia, o corredor formado entre a China e o Paquistão constitui-se inviável, na justa medida, em que o segundo deixa de fazer fronteira com a China; em aditamento, o ator indiano fica com melhores condições para se «lançar» na Ásia Central e fica a bordejar o Afeganistão...outra vez, o Afeganistão (Marshall, 2016).

Incorporando-nos na mente contraposta e observando o vale do Indo, o curso de água vem de imediato ocupar espaço, ou seja, aquele importante rio, que em conjunto com os seus afluentes é responsável pela garantia de água a cerca de 2/3 do Paquistão, nascido nos Himalaias, cruza o território de Caxemira sob o controlo da Índia, antes de «inundar» terras paquistanesas. Um Acordo rege a circunstância, mas se o espaço estivesse totalmente ocupado pelo Paquistão, o assunto bíblico da água estaria resolvido, com segurança, para este (Marshall, 2016).

Cumulativamente, em linha com o previsto na generalidade pela Iniciativa, outras infraestruturas, projetos energéticos e outros apoios, incluindo-se a implantação de fibra ótica (China-Paquistão), o acréscimo de eletricidade à rede paquistanesa (Rahman e Shurong, 2017), estão planeadas para o Paquistão, sempre tendo em conta a possibilidade de ganhos também para a China ou não fosse um projeto com um ónus de cerca de 46 bilhões de dólares (Rahman e Shurong, 2017), a implementar nos três tipos de prazos conhecidos: curto, médio e longo.

Ainda por cima importaria não esquecer a conflitualidade «natural» e latente entre os dois gigantes asiáticos – Índia e China -, preponderando motivos territoriais, que está até na nossa memória recente, como no choque armado no ano da crise dos mísseis de Cuba, isto é, 1962.

Afigura-se-nos ainda primacial afirmar, no âmbito do «Cintura e Rota», do projeto em construção do corredor que liga a China (província de *Xinjiang*) ao porto de *Gwadar* no Paquistão (Figura 27), localizado no Mar Árábico, relativamente próximo do *choke point* de Ormuz que, para além das melhorias no próprio porto, envolve milhares de quilómetros em via-férrea, oleodutos e estradas; na realidade, nada que não signifique a importância do corredor sino-paquistanês, já traduzida no âmbito da «investida» chinesa desde 2015, aquando da assinatura de 50 acordos nesse enquadramento (Karim, 2017).



Figura 27 – Localização do porto de Gwadar, no Paquistão

Fonte: Retirado de wikiwand.com (em 01FEV2022, às 20h53min).

O futuro acesso chinês ao mar através da estrutura portuária agora objeto da nossa atenção não deve fazer evidenciar em exclusivo as suas vantagens posicionais, sendo mandatório destacar, por sua vez, a sua distância (grande) a densidades populacionais significativas que poderiam potenciar, para o próprio Paquistão, o efeito combinado de território e de população, e a localização na província paquistanesa pobre do Baluchistão, pese embora a sua riqueza em recursos naturais, como hidrocarbonetos e minerais.

Cumulativamente, a região sofre de alguma instabilidade, tipificada pela ação de grupos separatistas, como a do Exército de Libertação do Baluchistão, que reforçam as suas ações, sempre que há conversações e outras iniciativas no âmbito do corredor China-Paquistão.

O porto de Gwadar também tem que ser inserido em contexto, ou seja, com os portos de outros países na região, como o Bangladesh ou o Sri-Lanka, elementos que se juntam a outros espalhados mais para Leste, como o Camboja, o Myanmar, até ao Mar do Sul da China, num cerco ao gigante indiano, consubstanciado na

teoria designada de «Colar de Pérolas», utilmente contraposta pela iniciativa indiana com outro colar, diríamos, mais valioso no apelido, diamantes; colar de diamantes.

As «obras» a efetuar, por exemplo, no Bangladesh e no Sri-Lanka, acabam também por ser a resultante da «Cintura e Rota», que levou, na circunstância, a fazer orbitar à volta do núcleo chinês os dois Estados, mais uma situação «desagradável» para a Índia, até porque tem dois vizinhos debruçados sobre a Baía de Bengala (nordeste do oceano Índico) a «cair» para outros lados; e a maior baía do mundo é localização essencial para desempenhar papel de relevo no Sudeste asiático, pelo menos (Karim, 2017).

Em aditamento, o acesso a tal estrutura promove a projeção de poder chinês no mar Árábico/Oceano Índico, pode reforçar as suas linhas de comunicação marítimas e cria uma alternativa ao estreito de Malaca. Estrangulamento que integra um conjunto de estreitas passagens, essenciais para o controlo, em geral do Índico, simultaneamente, obstáculo e elemento de ligação, de circulação.

Em extensão, pelo sopro de rumores trazido pelo vento, pelo menos, desde 2017, chegava a notícia da possibilidade de tal estrutura portuária de águas profundas poder ser metamorfoseada em base naval chinesa (Karim, 2017).

O acesso, a circulação e o controlo é a base triangular onde assenta (ou pode assentar) a garantia da liberdade de ação num ente territorial; e as estreitas passagens, em contexto, não se veem esgotadas na «habitação» de Malaca. Ormuz, Boa Esperança, outrora Tormentas e mesmo Sunda são outras localizações onde se materializa a aplicação de tal placa sustentadora. Afinal, no Índico se vê parido, hoje, cerca de 40% do petróleo que pulula fora de costa (Bugajski & Assenova, 2016).

Não se esquecer, por exemplo, que pelos gargalos de Ormuz e de Malaca passam diariamente mais de uma trintena de milhões de barris por dia, equivalendo nesta altura a mais de metade da atividade comercial relativa ao produto negro, à escala mundial! Que interessa o único caminho, noutros tempos, que nos levava às Índias!? (Bugajski & Assenova, 2016). Como estar à vontade no sofá gigantesco que dá pela designação de Ásia, se não estivermos confortáveis no Índico?

Mas voltemos ao aditamento (parágrafo anterior)...

E aquilo será (é) incomodativo para a potência indiana, diríamos, que, entretanto, julgamos estar prestes a finalizar o processo que levará à aquisição de 30 *drones* MQ-98 *Predator* aos EUA, com potencial aplicação, quer no «seu» mar a sul, quer a norte.

A referência ao vencedor da Guerra Fria permite reforçar a ideia que se julga eivada de perenidade, ou seja, da busca da concretização do objetivo de evitar

a materialização de um ator dominante na Eurásia, tão específica generalidade que justifica a declinação do grande espaço em menores porções, como aquele alvo destas nossas palavras; e se a má notícia se tornar verdade, ainda pior se se dever a um ator hostil à potência norte-americana.

Por oportuno, até porque tanto mencionaremos o Japão mais à frente, como o fizemos em momento anterior no que respeita à Baía de Bengala, dizer que em possível materializado pressuposto de existência de forte turbulência no Mar do Sul da China, que obrigue ao seu encerramento ou amiudado controlo efetuado pela potência chinesa, o outrora Império do Sol Nascente não teria grandes alternativas senão desviar o tráfego relativo à sua alimentação, incluindo-se a energética, de Malaca para os estreitos de *Lombok* e de *Makassar* (liga o Celebes ao Java), este no importante mar das Filipinas (Karim, 2017).

A circunstância significaria um acréscimo de importância da Baía de Bengala para os japoneses, por um lado e, por outro, dada a presença robusta das forças navais chinesas no Mar da China Oriental e, por conseguinte, até ao arquipélago japonês das ilhas *Ryukyu* (onde se localiza, por exemplo, *Okinawa*), grupo de 55 ilhas e ilhéus que se constitui como fronteira entre a massa líquida antes identificada e o Mar das Filipinas, a necessidade de previsibilidade de conjuntura futura e da sequela de estabilidade, só possível assegurar, em situação, pelo Japão e, obviamente, os seus aliados, pelo que a obtenção e conservação dessa capacidade é imprescindível (Karim, 2017).

Para além da especificidade anterior, em geral, relevância para a sensibilidade que um conjunto aturado de questões suscita, em grande medida por uma característica essencial do Sistema Internacional: a interdependência.

Por exemplo, ao mesmo tempo que a relação Rússia-China-Cazaquistão (este bem na Cintura) pode levantar problemas entre os dois primeiros – as tais esferas de influência -, não será menos verdade a conviva cooperação entre russos e chineses plasmada no gasoduto, com cerca de 4000 km, por onde corre gás natural russo no sentido chinês, desde dezembro de 2019, consequência de um acordo estabelecido em maio de 2014 e fortalecido por outro relativo, especificamente, à passagem do «tubo» por cima do rio *Amur*.

E de novo, o sistema S-400. Em novembro de 2021, a Rússia iniciou o fornecimento daquele armamento à Índia (5 Regimentos para a Força Aérea indiana), baseado num acordo que já tinha sido assinado em outubro de 2018, num valor de cerca de 5,5 bilhões de dólares. A justificação encontra-se no «perigo chinês».

Bem, prosseguindo, Portugal é um deles, um dos envolvidos na «Cintura e Rota», assumindo a opção no final do ano de 2018, a que não será alheia a

circunstância do porto de Sines, servindo os gigantes «carregadores» de contentores que atravessam o Panamá (o Poder funcional). E lá se encontram de novo as terras asiáticas do Uzbequistão, do Tajiquistão, do Afeganistão, do Paquistão (para onde está prevista a construção de uma central elétrica), do Bangladesh, do caucásico e caspiano Azerbaijão, da geobloqueante Indonésia (onde está planeada a edificação de uma linha férrea de alta velocidade), entre os restantes.

Importa não esquecer a massa crítica que a China pode desenvolver, num efeito combinado entre dimensão e efetivo populacional, alavancado na posse de significativas reservas de ouro e de divisas – “Totalizam mais de 3,1 biliões [...] de dólares e são, de longe, as maiores do mundo” (Aguiar & Barroso, 2020, p. 38) e na cultura de planeamento a médio e a longo prazo, onde cabem prioridades imediatas como a “modernização da agricultura e das forças armadas chinesas, maior preocupação ecológica e melhor qualidade de emprego, mas também melhoria de comportamentos cívicos e a relação com Hong Kong e Taiwan” (Aguiar & Barroso, 2020, pp. 38-39), ideias que, por sua vez, não deixam ocultar vulnerabilidades conhecidas como a potencial bolha imobiliária, a dicotomia litoral-interior e a assimetria e desigualdade existente, o que revela a sua posição no *ranking* do Índice do Desenvolvimento Humano (85º em 2019), as dificuldades que a geografia física impõe na saída para o mar, não passando despercebidos os gargalos de Malaca, *Sunda* e *Lombok*, as próprias posições de Taiwan, do Japão, das Filipinas e da Indonésia, assim como já no Índico as indianas ilhas de *Andaman* e *Nicobar*, no caminho para/de o primeiro estreitamento mencionado, o aumento da fragilidade do seu sistema bancário, os efeitos das alterações climáticas no futuro, podendo afetar boa parte do seu litoral, as questões políticas e assuntos de algumas disputas territoriais bem conhecidos, entre outras.

As fragilidades apontadas ao dragão estendem-se, naturalmente, às dificuldades de materialização dos diferentes projetos, muitas delas de cariz prático, de terreno. Por exemplo, relativamente à ligação China-Paquistão, a passagem mencionada pela zona de Caxemira, a dificuldade inerente à geografia física, como terrenos montanhosos, incluindo-se os de *Karakoran* no norte paquistanês, prolongamento a Leste do acidente do *Hindu Kush* e com picos acima dos 8000 metros de altitude, regiões de movimento de placas tectónicas, entre outros (Garlick, 2018).

No entanto, dizer em cúmulo, que os avultados empréstimos chineses no âmbito da Iniciativa em assunto (e outros) constituem-se, com toda a certeza, fator que induz dependências fortes dos devedores, na generalidade, e particularmente, naqueles em que as «contratualizações» sejam a prazos mais curtos, obriguem a prémios de risco e que contemplem clausulado rico em «grilhetas» para quem

ficará a dever.

E dada a «doutrina», as entidades bancárias que emprestam são públicas, significando isto a presença direta do governo chinês e a maior rapidez no acionamento das garantias prestadas pelo devedor (Bartholomäus, Sauga, & Zand, 2020).

Ah..e a Polónia, dada a tal fatalidade posicional referida há umas páginas atrás, por isso mesmo, encontra-se também na Nova Rota da Seda; os chineses lá edificarão um aeroporto e os serviços postais polacos irão distribuir correio/encomendas provenientes do dragão, ao mesmo tempo que os polacos nele contraíram dívida: “A Polónia emitiu dívida pública em yuans, num montante equivalente a 400 milhões de euros, que vai ser paga em euros” (Siedlecka, 2017, p. 29).

Os empréstimos chineses incluem uma infinidade de cláusulas destinadas a proteger o credor de incumprimentos – por exemplo, a penhora de produtos alimentares, de matérias-primas ou de receitas das empresas públicas do país devedor. Os fundos emprestados são entregues diretamente às empresas chinesas que constroem os aeroportos, os portos ou as barragens que são objeto do empréstimo. Estamos, portanto, perante um círculo fechado, no qual não intervém nenhuma conta no exterior. (Bartholomäus, Sauga, & Zand, 2020, p. 64)

Atrasado e avançado, novo e velho e mais tarde, o Oriente e o Ocidente, traduzindo até a possível, circunstancial e aplicada ideia do eu e do outro, foram paulatinamente camuflando a substituição do termo «europeu» pela palavra «ocidental», projetando o ideal da modernidade no último, justificando até projetos que buscavam esse futuro e na nessa medida, não se estranhava a necessidade de adoção de linhas de orientação e de ação ocidentais por parte de entes asiáticos – recorde-se o autor japonês *Fukuzawa Yukichi* (1835-1901) e o projeto designado por «Separação da Ásia» (1885).

Salazar, por exemplo, e bem mais tarde traduzia como Ocidente, a Europa, mas com a agravante do primeiro passando por dificuldades, percebendo-se o utilitarismo latente, tal como nos já focados Projetos para a Paz Universal, logo no princípio deste nosso esforço, assim como a moderna ideia da primazia do eixo franco-alemão que, afinal, daria sequencialmente palco aos Planos *Fouchet* (1961/1962), e que pululava na cabeça de Charles de Gaulle (1890-1970) – a Europa das Pátrias – (Ribeiro, 2003).

A História, que integra certamente matizes de pensamento – atente-se, por exemplo, no explicitado por *Keyserling* (1880-1946) sobre os pensamentos ocidental e indiano; o advento da alma, por contraposição ao da razão -, é a linha de rutura, marcaria a verdadeira distinção, a Idade Moderna vivida na Europa era de facto

diferente, daquela «retrógrada» que ainda se viveria na Ásia.

Quer isto significar, em linha, que o grande espaço asiático só iria encontrar o diminuto europeu (ocidental), se com ele se tornasse parecido. Mas estavam separados... manutenção do «status quo» ou o reencontro das amigas? E esse reencontro iria descaracterizar a Europa? Mas esses «espaços» têm vida própria ou é o Homem que os conduz? E se a Ásia se reconfigurasse, fazendo moderno o antigo, atraindo até outros «modernos», predominando, preponderando, a tal filha do monarca libanês de outrora, perderia beleza e energia e anteciparia definhamento?

Bem, hoje e já há alguns anos, a designada modernidade, a inovação e o seu espírito, a experiência e experimentação, a ideia da transformação da natureza, da realidade graças à ciência, à tecnologia e à técnica proliferam no Mundo, não ficando a Ásia e os seus gigantes dela afastados, nem a fundamental distinção nela assente se corporiza. A globalização e os seus traços fortes ajudaram, e muito.

Depois de provocada a confusão, coloque-se ordem, de novo; voltamos talvez à referência inicial, ou seja, para nós, a Eurásia é uma noção geográfica, descendente mais robusta de *Pangea*, que incorpora a Europa e a Ásia (e Norte de África), independentemente da vaguidade que possa existir nas divisões entre as duas massas terrestres e do reconhecimento em que a sua própria distinção é assunto que permanece, certamente, desde a Antiguidade.

Pese embora até possamos condescender na existência de limitação fronteiriça mais difusa, por vezes, devido mesmo à nossa vontade e plasmada em força de lei, a diferenciação noutros planos, como o cultural e porque não dizê-lo civilizacional, assegura manutenção, assim como as dificuldades/desafios daí imanescentes, como aliás, de qualquer heterogeneidade, potenciada aqui por força de escala.

A mencionada robustez, repete-se, é evidenciada por *Halford Mackinder* (1861-1947), traduzindo-a como a grande massa terrestre dominante, base geográfica aceite também por *Karl Haushofer* (1869-1946), presente em *Nicholas Spykman* (1893-1943) e quase que imortalizada, por virada do avesso, por *Zbigniew Brzezinski* (1928-2017). Mas estava consubstanciada a adoção da perspetiva global, de uma visão do conjunto, da busca de origens desse conjunto e nas interações nele existentes, que tipificam a sua existência.

d. E A UCRÂNIA...

«A Cintura e Rota» foi só distração para voltarmos ao assunto ucraniano, por outra via; esta tem o nome de Transnístria (Figura 28) e que nos leva para a Moldávia que, já agora, assume algum poder funcional, em virtude de aceder ao acidente carpático; tem que estar na esfera de influência de alguém, arriscaríamos.



Figura 28 – Transnístria

Fonte: Retirado de i1.wp.com (em 01MAR2021, às 23:21).

Transnístria para os europeus, na justa medida em que está para lá do Rio Dniestre (com cerca de 1360 km, nasce na Ucrânia, perto da fronteira polaca e vai desaguar no mar Negro. Constitui-se fronteira entre a Ucrânia e a Moldávia, por sua vez, apartando a última, ao longo de quase 400 km, da Transnístria); para os russos, que a percorrem na direção do mesmo rio, será a *Pridnestrovie*), como país que o não é, funciona como tal, muito graças ao apoio «não inocente», certamente, da Rússia; tem Forças Armadas e forças de segurança, organiza eleições, sustenta serviços públicos, corporiza fronteiras com os seus postos implantados, nos lados moldavo e ucraniano, emite a sua própria moeda, mesmo de plástico, e ainda com a presença militar russa, que remonta, em tempos recentes, aos momentos do final do conflito entre a Moldávia e essa porção tida de separatista.

O que se afigura interessante, no plano geopolítico, é que a sua anexação formalizaria a existência de um segundo enclave russo e cuja utilização não seria alheia ao já nortenho conviva Kaliningrado, âncora que a Rússia não tenciona e, em abono da honestidade intelectual, não deve levantar, uma deriva quanto à designação, do nome de um revolucionário bolchevique (*Mikhail Kalinin*), outrora *Königsberg*, esforço fundacional dos Cavaleiros Teutónicos, a quem esteve associado a tempo esquecido, a designada cristianização da zona báltica (Figura 29); a cidade com o mesmo nome acolheu o berço de Kant.



Figura 29 – Kaliningrado

Fonte: Adaptado a partir de connuestroperu.com (retirado em 01MAR2021, às 23:36).

Referência ao Báltico, que traz à memória a saída soviética (existência de um porto) para esse mar desprovido de gelo, embora de difícil navegabilidade, forçada por Estaline já em 1945; à altura e, de igual maneira, à posteriori, a secura era o domínio soviético em todo o «território báltico», a que era agregado a parte oriental da Alemanha e a eterna Polónia.

Agora, o condicionamento parece óbvio, ou não se trate de um enclave (para nós), pese embora o pequeno espaço, Kaliningrado, constitua casa da conhecida

frota russa do Báltico (que até irá receber navios – corvetas ligeiras, com mísseis *Kalibr* – resultantes do projeto 22800 *karakurt*), e ponto de apoio importante para o comércio russo, particularmente, no que a exportações se refere.

Mas mesmo sem a formalização – da Transnístria –, a «base» lá está e com militares russos e a contar...para a Ucrânia.

Bem, existe uma área em que Rússia e a Ucrânia até poderiam (podem) estar de acordo numa coisa: a fronteira ucraniana estender-se ao limes com a Roménia, muitas vezes apoiada pela superpotência americana (seria turbulento...); assim, estando assente no rio Dniestre, Odessa, onde se localiza o maior porto marítimo ucraniano e com ligações conseguidas ao *hinterland*, utilizado pelos russos para aceder ao Negro e, por consequência, ao mar Mediterrâneo, fica muito próximo. “Se uma potência estrangeira controlasse a margem ocidental do Dniestre, seria difícil defender a cidade. Uma vez que o Dniepre também flui para a capital, o acesso de Kiev ao mar podia ser perdido” (Friedman, 2015, p. 251).

Acordo numa, desacordo noutra. A memória não esquece o «acidente carpático» a páginas atrás. Para Ocidente, dificuldades na «migração» do urso, pelo Báltico ou pela Ucrânia/Polónia; para sul, se quiser fazer dos Cárpatos ponto importante, final de um eixo de aproximação, na lógica de fazer dele obstáculo para os outros, tem a Ucrânia/Moldávia/Roménia pelo meio.

É a geografia física a soltar pensamento dinâmico ou a dinâmica de poder que dela pode resultar...é a geopolítica.

3. SAÍDA

A atual questão, diríamos para simplificar, ucraniana, com a «mini» projeção de força de alguns dos países da NATO, incluindo os EUA, para o leste europeu e «*outskirts*» parece refletir, salvo melhor juízo, para a opinião pública e até publicada, algum circunstancialismo e alguma reação de última hora, procurando ao mesmo tempo efetivar algum empenhamento, acompanhando a lógica discursiva.

Ora, o assunto «Ucrânia» e, por arrastamento, Europa de Leste em geral, foi objeto de pensamento e ação muito recentemente, que procurava não só a monitorização do contexto, mas também efeito dissuasor, e até antecipava o racional de conflito militar, originado pela Rússia.

Neste âmbito, relembra-se, o «*Readiness Action Plan*» da NATO, logo em 2014, por ocasião da turbulência causada pela ocupação da russa da Crimeia, em fevereiro do mesmo ano, consubstanciado nas conhecidas «*Assurance Measures*» e «*Adaptation Measures*».

As primeiras incluem ações de policiamento aéreo, projeção de componentes militares terrestres, vigilância aérea, patrulhamento do Báltico, do Negro e, como

óbvia sequela, do Mediterrâneo, eventualmente entre outras.

Foi com o exposto enquadramento que Portugal contribuiu para a NATO, apenas a título de exemplo, logo em 2015, com 4 F-16 e um contingente de cerca de 90 militares na Roménia, com cerca de 140 militares do Exército na Lituânia, numa unidade da Brigada de Intervenção, sustentada num Esquadrão de Reconhecimento aprontado no Regimento de Cavalaria 6 (Braga) e equipado com as viaturas Pandur II, a que se seguiu a projeção de uma unidade de Artilharia também para a Lituânia, plasmando pela primeira vez desde a guerra de África o emprego de uma força daquela tipologia fora do território nacional.

Tratou-se da «*Light Arty Bty/AM 2016*» que levou consigo o obus Light Gun M119 M/98 105mm/30, com efetivo de 120 militares. A unidade foi preparada no Regimento de Artilharia 4 (Leiria) da Brigada de Reação Rápida.

Saltando...já em 2021, foi a vez dos fuzileiros, também para a Lituânia, com uma força de cerca de 150 militares e muito recentemente foi aprovada a participação portuguesa, de novo, na Roménia, com um efetivo de cerca de 174 militares.

As segundas (*Adaptation measures*) incluíram logo em 2015 a materialização do reforço de capacidades da «*NATO Response Force*» (NRF), com um aumento do seu efetivo que era de cerca de 13000 militares, passando então a contar com 40000. Também não é despidendo relembrar que, no sentido de responder mais rapidamente (projeção em poucos dias), dando tempo para a resposta do «grosso da força», foi criada no seio da NRF uma força de reação rápida designada de «*Very High Readiness Joint Task Force*» (VJTF), com um efetivo em pessoal de cerca de 20000 e uma prontidão de 7 dias.

Neste ano estava previsto que a VJTF fosse comandada por França (Corpo de Reação Rápida francês), sucedendo à liderança turca (2021) e antecedendo a alemã (2023). A coluna vertebral da força seria (é) uma brigada franco-alemã com cerca de 3500 militares.

O plano de 2014 também integra o pré-posicionamento (depósitos avançados) de diferente equipamento, combustível e até munições, a projeção de quartéis-generais multinacionais aligeirados para os países do leste europeu, incluindo a Polónia, entre outras ações de natureza logística.

E foi logo em junho de 2015 que a VJTF exercitou a projeção: foi o exercício «*Noble Jump*», justamente na Polónia. Já em 2002, Portugal formalizou o compromisso de participação nesta força de reação rápida, com um efetivo de 1049 militares, apoiados por um navio, 162 viaturas táticas e 7 aeronaves.

Bem...onde está o espanto ou a novidade da conjuntura? Para que foi isto tudo? O motivo de ontem não é a razão de hoje? Projeção de força e/ou equipamento,

frágil em número, um pouco *ad hoc*, de acordo com o descortinado nos meios de comunicação, significa o empenhamento NATO? Que, já agora, terá que ser alavancado numa decisão unânime dos seus membros.

É certo que só diz respeito, *strictu sensu*, aos países da NATO. Mas, insiste-se, ...onde está a novidade?

Palavra simples para assunto de doutrina e, particularmente, de conceito, percebido como representação geral da realidade. Já pudemos dar conta do que pensamos sobre o conteúdo que encerra a expressão feita conceito «Guerra Híbrida», em Dias e Sequeira (2017).

De qualquer maneira, porque se conjuga com matéria atrás aproximada, não deixa de ser curioso e interessante, que tal intelectualização se agudizou após o emprego da dimensão militar russa, precisamente, no leste da Ucrânia, sendo inexistente como tal na casa dos autores da ação ofensiva, ou seja, inexistente na doutrina militar russa, quer no plano estratégico, quer na dimensão tática.

Porventura, chegará a causar sorriso tal facto, exacerbado até à gargalhada, quando os próprios, os da Federação Russa, entendendo chamar à colação tal farta expressão, referiam-na como proveniente do exterior (Persson, 2016). E foi rápida a chegada da inovação do multidomínio.

Relembra-se apenas, respeitando a veia académica que nos incorpora, e nestas áreas, que a busca da não linearidade do facto estratégico, com natural relevância, no caso, do estratégico militar, é uma característica doutrinária de robusta perenidade, corporizada pela utilização agregada de elementos militares, paramilitares e civis, nas diferentes dimensões convivas no espaço de batalha (designação de hoje).

O expresso pensamento traduz a vertente objetiva do fenómeno que, não se alterou; a mudança encontra abrigo na componente subjetiva, isto é, dos domínios que não se conheciam outrora e são hoje usados; agregações e coordenações noutros tempos impossíveis ou difíceis são em tempos hodiernos, tanto um lugar comum, como uma exigência traduzida nos planos de operações concebidos (basta refletir sobre a evolução tecnológica e técnica, por exemplo, nas comunicações, na parafernália de meios empregues, que também demandam a contrariedade conviva da assimetria e da dissimetria, entre incontáveis outros); mas na essência, é o não linear, o objetivo a cumprir. E isto, é antigo, dos tempos de «nós».

Seria útil, cumulativamente, discernir ou nisso atirar «neurónios», conflitualidade armada e conflitualidade militar, até na procura de coerência, no extremo, sobre a existência de grupos políticos que não Estados no facto da guerra, cujo entendimento concetual em Portugal, isso preconiza há décadas, e bem.

Ainda no plano da doutrina e do ponto de vista da estratégia, a circunstância

ucraniana constitui, na nossa opinião, exemplar materialização de diversas corporizações (algumas também aplicáveis ao caso do Afeganistão e à recente iniciativa da Rota da Seda, expandida), como:

- a da Guerra Fria;
- a de crise;
- a da convivência simultânea da política e da estratégia;
- a da metodologia de análise geopolítica/geoestratégica, tendo em conta os métodos utilizados na escarpelização dos diferentes fatores geopolíticos/geoestratégicos. Realce, por atual, no decurso da circunstância internacional, para os elementos físico, humano, recursos naturais, circulação e estruturas (na conjuntura, a história);
- a da localização dos centros de gravidade;
- a do emprego da metodologia pacífica de resolução de conflitos, ao mesmo tempo que se «abana» a utilização de método coercitivo;
- a das facilidades existentes decorrentes de vantagem posicional;
- a da importância da existência de meios de projeção de força militar;
- a da análise dos fatores de decisão; da problemática associada à localização das capitais dos Estados, na esmagadora maioria das vezes, centros de gravidade;
- a dos indícios que podem induzir à previsão da manobra militar adotada;
- a da razão territorial como foco da discórdia;
- a da importância da componente militar em geral e da terrestre em particular, quer como elemento dissuasor, quer como insubstituível em matéria de «ocupação», de colocar pé no terreno. A extensão da ideia a componentes armadas;
- a do medo como grande indutor comportamental nas Relações Internacionais (como tínhamos aprendido há tempos imemoriais e estudado no Peloponeso);
- a da essencialidade das comunicações entre os atores desavindos, com o afastamento do espectro de maus entendimentos e em prol da clareza e da mensagem fidedigna;
- a das Alianças contarem para o potencial estratégico dos atores, assim como traduzem o empenhamento dos «pequenos», quando a sua dimensão não permite, na esmagadora maioria das vezes, veleidades solitárias;
- a do significado primacial que assume o conhecimento transdisciplinar, com destaque para aquele que poderemos considerar de base, como o geográfico e o histórico.

E talvez continuemos...num volume II.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, N., & Barroso, R. (2020). China. O Império do Meio contra-ataca. *Visão*, 1447, 34-41.
- Antunes, J. M. O. (2022, 07 de fevereiro). Ucrânia: verdades antigas e mentiras modernas. *Observador*. Retirado de <https://observador.pt/opiniao/ucrania-verdades-antigas-e-mentiras-modernas/>.
- Bartholomäus, G., Sauga, M., & Zand, B. (2020). A bomba-relógio dos empréstimos chineses. *Courrier Internacional*, 292, 62-65.
- BGS (2017). *World Mineral Production 2011-2015*. Keyworth, Nottingham: British Geological Survey.
- Bhushal, R. (2020). Conflitos nos Himalaias, *Courrier Internacional*, 296, 64-65.
- BP (2021). *Statistical Review of World Energy*. London.
- Bratuchak, O. (2017). Zapad 2017: as manobras russas que preocupam Kiev. *Courrier Internacional*, 261, 22-23.
- Brînză, A. (2018). Isto não é (só) uma rota. *Courrier Internacional*, 54-57.
- Brzezinski, Z. (1997). *The Grand Chessboard. American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books.
- Brzezinski, Z. (2004). *The Choice. Global Domination or Global Leadership*. New York: Basic Books.
- Bugajski, J., & Assenova, M. (2016). *Eurasian Disunion (Russia's Vulnerable Flanks)*. Washington, DC: The Jamestown Foundation.
- Burke, J. (2021). O regresso dos talibãs vai beneficiar a Al-Qaeda?, *Courrier Internacional*, 44-45.
- Cohen, S. B. (2003). *Geopolitics of the World System*. New York: Rowman & Littlefield Publishers.
- de Quetteville, H. (2021). Materiais poluentes no coração das infraestruturas. *Courrier Internacional*, 303, 34-37.
- DGEP (2017). *Facing Russia's Strategic Challenges: Security Developments from the Baltic Sea to the Black Sea*. Brussels: Directorate-General for External Policies, European Parliament.
- Dias, C. M. M. (2014). Considerações sobre a Geopolítica e o Mar. *Geopolítica e o Mar*, Lisboa: Edições MGI.
- Dias, C. M. M., & Sequeira, J. M. D. (2017). *Estratégia. Fundamentos teóricos*. Tomo II. Lisboa: Letras Itinerantes.
- Dias, C. M. M. (2018). *Geopolítica. Teorização Clássica*. Faro: Silabas & Desafios,
- FAO (2021). *Food and Agriculture Organization*. Retirado de <http://www.fao.org>
- Fialho, F. (2021). Donos e senhores do Afeganistão, *Visão*, 1486, 28-34.
- Friedman, G. (2010). *Os Próximos 100 Anos*. (P. Oliveira, Trad). Lisboa: Dom Quixote.

- Friedman, G. (2015). *Focos de Tensão*. (M. J. Camacho, Trad.). Lisboa: D. Quixote.
- Garlick, J. (2018). Deconstructing the China-Pakistan Economic Corridor: Pipe Dreams versus Geopolitical Realities. *Journal of Contemporary China*, 519-533.
- Gergely, M., & Dobszay, J. (2021). A porta de entrada húngara. *Courrier Internacional*, 306, 26-28.
- Hann, C. (2016). A Concept of Eurasia, *Current Anthropology*, 57(1). USA: The Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research.
- Hegel, G.W.F. (1914). *Lectures on the Philosophy of the History*. (Trad. da obra de 1837 por J. Sibree, M.A., G. Bell and Sons, Ltd.). London: Internet Archive.
- Hoodbhoy, P. (2017). Bomba-relógio demográfica. *Courrier Internacional*, 256, 38-39.
- Isaeva, O. S. (2020). *Classical Eurasianism Variations during the second half of the 20th and early-21st Centuries*. Vol. 25. Venezuela: Utopia y Praxis Latinoamericana.
- IOS (2019). *The Countries and Peoples of the near and Middle East*. Institute of Oriental Studies. Armenia: National Academy of Sciences.
- Javaid, U. (2016). China's Interests and Challenges in South Asia. *South Asian Studies*, 31(2), 65-76.
- Karim, M. A. (2017). 21st Century Maritime Power-Politics in the Indian Ocean Region with Special reference to the Bay of Bengal. *Pacific Focus (Inha Journal of International Studies)*. Inha University: Center for International Studies, 56-85.
- Katele, D. (2021). O plano para escapar ao gás russo. *Courrier Internacional*, 305, 14-16.
- Kluge, J., & Paul, M. (2020). Russia's Arctic Strategy through 2035. *SWP Comment*, 57. German Institute for International and Security Affairs.
- Leal, J. L. R. (2007). Kaliningrado: uma particularidade nas fronteiras da Europa, *Revista Proelium*, 7, 9-25.
- Mações, B. (2018). *O despertar da Eurásia*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.
- Mackinder, H. J. (1904). The Geographical Pivot of History. *The Geographical Journal*, 4(XXIII), 421-437. London: Aril.
- Marshall, T. (2016). *Prisoners of Geography*. London: Elliott & Thompson.
- Marshall, T. (2019). *A Era dos Muros*. Trad. Sérgio Gonçalves. Lisboa: Desassossego.
- McFate, S. (2021). *A Nova Arte da Guerra*. (A. G. Lucas, Trad.). Lisboa: Clube do Autor.
- Meacham, J. (Ed.) (2011). *Para além de Bin Laden*. (I. Veríssimo, Trad.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- Milhazes, J. (2016). *Rússia e Europa: uma parte do todo*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Novoprudski, S. (2021). Como recolonizar a Sibéria. *Courrier Internacional*, 310, 4-18.
- Okakura, K. (1920). *The Ideals of the East, with Special Reference to the Art of Japan* [1904], New York:E.P. Dutton and Company, archive.org. Retirado da versão digitalizada pelo Internet Archive em 2008.
- Parker, W. H. (1960). "Europe: How Far?". *The Geographical Journal*, 3(126), 278-291.
- Persson, G. (Ed.) (2016). *Russian Military Capability in a Ten-Year Perspective*. Report FOI-R-4326-SE.
- Rahman, S. U., & Shurong, Z. (2017). Analysis of Chinese Economic and National Security Interests in China-Pakistan Economic Corridor (CPEC) under the Framework of One Belt One Road (OBOR) Initiative. *Arts and Social Sciences Journal*, 8(4), Belgium.
- Ribeiro, M. M. T. (2003). *A Ideia de Europa. Uma perspectiva histórica*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Sarwar, F. (2018). China's One Belt One Road: Implications of a «New Eurasian Land Bridge» on Global Power Play in the Region. *NUST Journal of International Peace & Stability*, 131-144.
- Shafqat, S., & Shahid, S. (2018). *China-Pakistan Economic Corridor: Demands, Dividends and Directions*. Lahore, Pakistan: Center for Public Policy and Governance and F.C. College.
- Siedlecka, E. (2017). Polacos mais materialistas do que democratas, *Courrier Internacional*, 267, 28-29.
- Silvestre dos Santos, E.E. (2016). A geopolítica russa: de Pedro "o Grande" a Putin, a 2Guerra Fria", o eurasianismo e os recursos energéticos. *Revista Militar*. Retirado de <http://www.revistamilitar.pt/artigo/267>.
- Smith, L. (2011). *Novo Norte. O Mundo em 2050*. Lisboa: Livros d'Hoje.
- Tomé, L. (2018). Geopolítica da Rússia de Putin. Não é a União Soviética, mas gostaria de ser.... *Relações Internacionais*, 69-099.
- UNPD (2022). *United Nations Population Division*. Retirado de <https://www.un.org>
- Yilmaz, S., & Changming, L. (2018). China's 'Belt and Road' Strategy in Eurasia and Euro-Atlanticism. *Europa-Asia Studies*, 70(2), 252-276.
- Zornoza, M. G. (2021). A armadilha russa do preço da energia. *Courrier Internacional*, 309, 20-21.

POSFÁCIO DE AUTOR

Carlos Mendes Dias é Coronel, na situação de reforma, do Exército Português. É licenciado em Ciências Militares na especialidade de Artilharia, pela Academia Militar; pós-graduado em Estudos da Paz e da Guerra, pela Universidade Autónoma; mestre em Estratégia; e doutor em Ciências Sociais na especialidade de Relações Internacionais, pela Universidade de Lisboa. Possui o Curso de Estado-Maior e o Estágio de Operações Conjuntas e Combinadas frequentados no Instituto de Altos Estudos Militares, bem como o Curso de Defesa Nacional, no Instituto de Defesa Nacional. Exerceu funções de direção e chefia na Bósnia-Herzegovina, em Moçambique e na Academia Militar, para além de ter sido 2.º Comandante da Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas) e Comandante do Regimento de Artilharia n.º 4 (Leiria). Exerceu funções docentes aos níveis de licenciatura, mestrado e doutoramento, ministrando unidades curriculares como Geopolítica, Teoria Geral da Estratégia, Estratégia e Liderança, Seminário de Relações Internacionais e Estratégia, Relações Internacionais, Geopolítica Aplicada, entre outras. Para além de vários artigos publicou como autor os livros Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinaamentos, Kissinger e Brzezinski, Sobre a Guerra, Geopolítica. Velhas mas novas aproximações e o contrário, Geopolítica. Conceptualização Clássica e O «Não Ciber Lugar». Geopolítica, Estratégia e Operações do Espírito; como coautor O Salto do Tigre: Geopolítica Aplicada, Vo Nguyen Giap, Viver Academia Militar, Estratégia. Fundamentos Teóricos. Tomos I e II. Investigador colaborador da UID-IUM, é ainda presidente do Conselho Diretivo do Centro Português de Geopolítica, membro colaborador do Centro de Administração e Políticas Públicas, e associado da Associação Portuguesa de Estudos da Conjuntura e Estratégia. Atualmente, é professor no Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração (ISCIA).



Editorial: cidium@ium.pt
Telefone: (+351) 213 002 100; Fax: (+351) 213 002 162
Morada: Rua de Pedrouços - 1449-027 Lisboa



Capa
Composição gráfica
Tenente-coronel TINF Rui José da Silva Grilo
Sobre aguarela de
Tenente-general Vitor Manuel Amaral Vieira